



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 202040600536	Distribuição: 04/05/2020
Número Único: 0018536-88.2020.8.25.0001	Competência: Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

Dados das Partes

Requerente: EDMILSON NASCIMENTO DOS SANTOS
Endereço: Rodovia Ecologista Chico Mendes
Complemento:
Bairro: Zona de Expansão (Areia Branca)
Cidade: Aracaju - Estado: SE - CEP: 49007000
Requerente: Advogado(a): ALLANA DAYANE QUEIROZ DE SANTANA 6442/SE
Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT
Endereço: RUA SENADOR DANTAS
Complemento: 5º ANDAR
Bairro: CENTRO
Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20031205



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600536

DATA:

04/05/2020

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 202040600536, referente ao protocolo nº 20200504084700316, do dia 04/05/2020, às 08h47min, denominado Procedimento Comum, de Assistência Judiciária Gratuita, Invalidez.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARACAJU, ESTADO DE SERGIPE.**

EDMILSON NASCIMENTO DOS SANTOS, brasileiro, maior, capaz, casado, serviços gerais, inscrita no CPF sob o nº 531.610.845-00, RG nº. 1020503 SSP/SE, residente e domiciliado na Av. Ecologista Chico Mendes, nº: 267, Povoado Areia Branca, Mosqueiro/SE, CEP: 49007-000, Aracaju/SE., vem, *mui* respeitosamente, perante Vossa Excelência, por conduto de sua advogada e procuradora **Allana Dayane Queiroz de Santana**, OAB/SE 6.442, devidamente constituída e qualificada conforme instrumento procuratório em anexo, com endereço profissional na Avenida Rio Branco, nº 186, Edifício Oviêdo Teixeira, 6º Andar, Sala 604, Bairro Centro, CEP 49010-910, Aracaju/SE, propor a presente,

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT

Em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, CEP 20031-205, Rio de Janeiro/RJ, pelas razões de fato e de direito abaixo delineadas:

I – DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

A parte **Requerente** declara para todos os fins de direito ser pobre nos termos da Lei, não tendo condições econômico-financeiras para arcar com as despesas do processo nem com os honorários advocatícios, pois, tais custas prejudicariam consideravelmente o seu próprio sustento e o de sua família.

Observa-se que a requerente está passando por graves dificuldades financeiras, não tendo condições financeiras para arcar com as custas e despesas processuais, sem prejuízo ao seu próprio sustento e o de sua família.

A Lei 1.060/50 garante o acesso à Justiça para todos os cidadãos, independentemente de raça, etnia, opção sexual, posição econômica, em igualdade de condições, prevendo em alguns de seus artigos que,

Art. 2º. Gozarão dos benefícios desta Lei os nacionais ou estrangeiros residentes no país, que necessitem recorrer à Justiça penal, civil, militar ou do trabalho.

Parágrafo único. - Considera-se necessitado, para os fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

Art. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.

§ 1º. Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais

§ 2º. A impugnação do direito à assistência judiciária não suspende o curso do processo e será feita em autos apartados.

§ 3º A apresentação da carteira de trabalho e previdência social, devidamente legalizada, onde o juiz verificará a necessidade da parte, substituirá os atestados exigidos nos §§ 1º e 2º deste artigo.

Art. 9º. Os benefícios da assistência judiciária compreendem todos os atos do processo até decisão final do litígio, em todas as instâncias.

Os Tribunais de Justiça estão decidindo da seguinte forma:

JUSTIÇA GRATUITA - INDEFERIMENTO AO DESPACHAR A INICIAL. RECURSO CABÍVEL. Se a decisão interlocutória é proferida antes da formação processual, aplica-se, por analogia, o art. 296 do CPC, de forma que, no agravo de instrumento interposto, dispensa-se a intimação da outra parte, impondo-se a revogação da decisão ou a remessa daquele recurso em quarenta e oito horas ao tribunal. *Para que a parte atue sob os benefícios da assistência judiciária, bastante é que alegue insuficiência de recursos na própria petição inicial, ou em defesa, devendo o indeferimento do pedido ser precedido sempre de impugnação da parte contrária.* (TA-MG - Ac. unân. da 5ª Câm. Civ., publ. em 12-4-97 - Al 233.893-0 - Rel. Juiz Ernane Fidélis - mariângela Deusdete praxedes x Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A - Credireal). (grifo nosso)

Diante disto, requer a gratuidade de justiça como forma de se utilizar do Princípio Constitucional Fundamental do acesso à justiça, com fundamento na Lei 1.060/50.

II - DO HISTÓRICO FÁTICO

A Autor foi vítima de acidente de trânsito em 25/09/2016 no período da manhã, na cidade de Aracaju/SE, sofrendo lesões corporais, conforme Boletim de Ocorrência em anexo, da Polícia Civil.

Desse sinistro, restaram lesões preocupantes no Autor, tais como: fratura no flato libial direito com deformidade e trauma no tornozelo, osteopenia,, osteoporose, resultando redução funcional, conforme prontuário médico e relatórios acostados a exordial, sendo obrigado a se afastar do trabalho por 90 dias.

Ocorre que, em virtude do acidente de trânsito o Requerente ficou com sequelas, conforme vislumbra-se nos exames e relatórios em anexo, a "fratura no libial direito com deformidade e trauma no tornozelo", havendo uma redução da sua mobilidade, permanecendo até os dias atuais sem desempenhar suas atividades habituais normalmente, ou seja, o referido acidente acabou resultando na incapacidade permanente deste membro.

Acontece que a parte autora tentou receber administrativamente o valor do seguro DPVAT, juntamente a Seguradora Líder, todavia, não obtivera êxito, estando até os dias atuais perceber pelos valores TOTAIS a que teria direito.

Destarte, a parte autora tem direito a indenização prevista, tendo em vista, que a redução funcional do membro supra mencionados corresponde a o valor do teto correspondente a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme tabela [DPVAT](#), segundo prontuário médicos acostado em anexo ou subsidiariamente o valor de R\$ 3.375,00 reais referentes a patologia no tornozelo do Autor, ocasionada pelo acidente de trânsito.

Diante de tal fato, o Suplicante vindo a tomar ciência acerca dos direitos que lhe cabe, vem perante esse juízo, esperando ser devida e completamente indenizado, na forma do Art. 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, com redação dada pela Lei nº 11.482/2007, dispositivo que fixa a referida indenização citada.

Os documentos apresentados fazem provas suficientes da incapacidade do Requerente, devendo ser reconhecido o direito a indenização.

Diante de tais fatos e da comprovação da invalidez, a via judicial se faz necessário para que Vossa Excelência determine que a seguradora pague a indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT no grau a ser apurado em perícia judicial, com a devida correção monetária e juros.

II - DO DIREITO

Como percebe-se, no caso em tela, estamos diante de uma **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT** pleiteada por **EDMILSON**

NASCIMENTO DOS SANTOS, pelo não pagamento dos valores referentes ao seguro obrigatório, em virtude da incapacidade permanente do membro superior por causa do acidente de trânsito.

1 - LEGITIMIDADE PASSIVA

Inicialmente, cumpre esclarecer que a **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT** foi criada com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT.

A Resolução CNSP de n.º 154 determinou a constituição de uma Seguradora especializada para administrar os Consórcios do Seguro DPVAT – anteriormente conhecido como “Convênio do Seguro Obrigatório DPVAT”.

Ademais, tem-se que a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT detém autorização da SUSEP - SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS, para operar no que tange ao Seguro Obrigatório DPVAT, conforme Portaria n.º 2797/07, destaque-se para o art. 5º, §3º, da referida Resolução:

“CAPÍTULO IV DOS CONSÓRCIOS Art. 5º. Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4. (...). § 3º. Cada um dos consórcios **TERÁ COMO ENTIDADE LÍDER UMA SEGURADORA ESPECIALIZADA** em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois consórcios previstos no caput deste artigo.”

Não obstante, tem-se que no art. 8º da mesma Resolução, encontra-se o principal motivo, da **SUBSTITUIÇÃO** ora pleiteada, senão vejamos:

“§ 8º. OS PAGAMENTOS DE INDENIZAÇÕES serão realizados pelos consórcios, **REPRESENTADOS POR SEUS RESPECTIVOS LÍDERES.**”

Desta forma, é de fácil visualizar que os pagamentos de indenizações oriundas do Seguro Obrigatório DPVAT serão, impreterivelmente, pagos pela **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT**.

2 - DO INTERESSE DE AGIR

Em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional, ferindo o art. 5º, [XXXV](#), da [CF](#).

Esse é o entendimento jurisprudencial, conforme se vê abaixo:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE PROCESSUAL. DESNECESSIDADE DE INGRESSAR COM PEDIDO ADMINISTRATIVO.

1. Restou evidenciado no caso em tela o interesse processual da parte autora, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegure o pagamento da cobertura securitária.

2. A parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto, a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial. Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. (Apelação Cível Nº 70032143505, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 30/09/2009).

APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PEDIDO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. SENTENÇA DESCONTITUÍDA. A falta de requerimento administrativo não retira dos beneficiários o direito de postular a indenização diretamente na Justiça, sob pena de violação ao [direito constitucional](#) do acesso ao Judiciário. Inteligência do artigo 5º, XXXV, da CF. Sentença desconstituída. APELO PROVIDO. (Apelação Cível Nº 70031697154, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Romeu Marques Ribeiro Filho, Julgado em 09/09/2009).

Contudo, para afastar qualquer dúvidas quanto à inadequação da via administrativa no seguro DPVAT, a parte autora, expõe abaixo, os motivos pelos quais é OBRIGADA A INGRESSAR COM A PRESENTE AÇÃO:

Veja que o principal motivo, é o fato da seguradora ter fins lucrativos, o que por si só, torna tal procedimento inviável para as vítimas, uma vez que tal procedimento sequer garante o contraditório e a ampla defesa, não podendo assim, ser comparada ao INSS, porque o INSS não tem fins lucrativos e seus procedimentos administrativos foram criados por lei, garantindo ainda a ampla defesa e o contraditório. Ao contrário, a seguradora visa tão somente o LUCRO em detrimento das vítimas.

- Administrativamente a seguradora não paga a correção monetária cujo o termo inicial, deve ser a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve correção).
- Nos processos administrativos realizados pela seguradora, quando realizada a perícia, o que se vê é um enorme caos, um mar de obscuridade, a começar pelos médicos escolhidos pela mesma, pois em geral não são especializados em perícia médica, e são obrigados a seguir um formulário que contém as quantificações definidas em 10%, 25%, 50%, 75% e 100%, ou seja, se a incapacidade de uma pessoa for de 90%, os profissionais tem que marcar 75%, e assim degressivamente, prejudicando as vítimas.

- Além dos sérios problemas com a imparcialidade das perícias da seguradora, a mesma, impõe óbices no pagamento administrativo mesmo que a menor, alegando causas banais ou já superadas pelo entendimento jurisprudencial, como por exemplo a exigência no pagamento do DUT.
- A Seguradora Líder diligencia e faz todos os esforços junto ao governo federal, câmara dos deputados e ao senado, para aprovarem medidas provisórias e leis, que só visam ao lucro para o convênio DPVAT e sempre em detrimento das vítimas.

Por esses motivos, TODOS os processos administrativos referentes a invalidez permanente e DAMS, são objetos de lide no judiciário, porque a seguradora nunca faz o pagamento correto, ou seja, a seguradora apenas usa o procedimento do pagamento administrativo para atrasar a vítima, e até desmotiva-la.

Portanto, exigir que o beneficiário tenha o trabalho duplo para receber, sem contudo ser indenizado das despesas que isso gera ao mesmo, é no mínimo ultrajante, pois só beneficia a seguradora na sua gana em enriquecer-se em detrimento da vítima.

Diante de todos esses motivos, não há que se falar também em princípio da causalidade e sucumbência autoral, pois como visto, a seguradora historicamente sempre deu muitos motivos para o ajuizamento de ações de cobranças de seguros.

Como visto, a obrigação de esgotamento prévio da via administrativa para a propositura da ação judicial tem-se como irrelevante e incompatível com o princípio colacionado no inc. XXXV do art. 5º da Constituição da República, que não estabeleceu como condição de acesso à Justiça que a parte acione ou esgote as vias administrativas, esse princípio, resguarda o jurisdicionado no direito, por exemplo, de discutir judicialmente, justamente por conta dessas situação acima expostas.

3 – DO SEGURO DPVAT

Diante do que será exposto não restará dúvida do direito do Promovente de receber a o seguro obrigatório DPVAT, uma vez que o valor a ser recebido pelo Promovente em caso de invalidez permanente, vez que ocorreu debilidade permanente na função do fêmur.

Existe jurisprudência que entende que a deformidade permanente de membro enquadra-se no conceito preconizado pelo §1º, inciso, II, do art. 3º, da Lei nº 6.194/74.

APELAÇÃO CÍVEL - ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO - SEGURO DPVAT - ASSIMETRIA FACIAL LEVE - DEFORMIDADE PERMANENTE - INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA DE LEVE REPERCUSSÃO - CONDENAÇÃO DA SEGURADORA AO PAGAMENTO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - FIXAÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO AO PATAMAR DE 50% (CINQUENTA POR CENTO) - § 1º, INCISO II, DO ART. 3º DA LEI

6.194/74 - RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE - DECISÃO UNÂNIME.DPVATDPVAT§ 1ºII3º6.1941. A deformidade permanente proveniente de acidente automobilístico, de qualquer natureza, é indenizável; **desde que, haja a comprovação do sinistro e dele tenha originado as seqüelas no acidentado.**2. O conceito preconizado pelo § 1º, inciso II, do art. 3º da Lei 6.194/74, redação alterada pela Lei 11.482/07, garante a vítima de acidente automobilístico, quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta a indenização proporcional de 50% (cinquenta por cento) para as repercussões de natureza média, sobre o valor integral da indenização por morte ou invalidez permanente (R\$ 13.500,00).§ 1ºII3º6.19411.4823. **A finalidade precípua do seguro DPVAT é estabelecer a garantia de uma indenização que atenda às necessidades repentinas e prementes do acidentado, que no caso em tela, teve como consequência e em decorrência do sinistro, deformidade permanente no membro inferior direito.**DPVAT4. Recurso provido em parte. Decisão Unânime. (1202431020098170001 PE 0120243-10.2009.8.17.0001, Relator: Agenor Ferreira de Lima Filho, Data de Julgamento: 14/12/2011, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 235). (grifos nossos).

O julgado acima defende, por tanto, que o segurado seja beneficiado por motivo de todas as sequelas que sofreu, passando a receber uma quantia justa, nem exorbitante, nem inferior aos traumas a que passou. Além do mais, ninguém está preparado para a ocorrência de um sinistro, o Seguro Obrigatório DPVAT visa justamente amenizar as despesas financeiras que o vitimado irá dispendar; que em um caso de invalidez permanente, nunca cessarão.

O cálculo realizado pela seguradora o do inciso II do § 1º do já citado art. 3º da Lei 6194/74, onde ocorre a diminuição da proporção da tabela. No entanto, tal diminuição só é procedente em casos de incapacidade permanente parcial, que como já demonstrado, não foi o que restou comprovado nos laudos técnicos, não tendo o condão, portanto da ré diminuir *de per si*, o valor devido. Sendo assim, tem sim direito, o autor à aplicação, em seu caso, do I, §1º, do art 3º da lei do seguro obrigatório (6194/74), ou seja, **o Promovente faz jus a ser enquadrado diretamente na tabela. Diante de tudo o que sofreu o autor e que vem sofrendo, pois este ainda sofre de dores e limitações, a gradação correta, ou seja, a gradação na forma como estabelece o I, §1º, art 3º da Lei 6194, é o mais justo ao seu caso.**

Certo é que uma indenização nunca trará de volta a vida que o autor tinha ou enxugaria suas lágrimas, mas ajudaria em suas necessidades, que nesse momento se faz tão necessária, que **é para isso que serve o seguro: amenizar a perda, no caso do autor.**

A indenização do seguro obrigatório DPVAT está condicionado a simples prova acidente e dano decorrente, segundo o art. 5º da Lei nº6.194/74:

Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Sendo assim, o Boletim de Ocorrência e o Laudo do IML e relatórios médicos, suprem a prova necessária para demonstrar o nexo entre o acidente e as sequelas daí decorrentes. Demonstrando assim, o direito do Promovente de receber a devida complementação do seguro obrigatório DPVAT.

O próprio nome do Seguro [DPVAT](#) é esclarecedor: Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre. Isso significa que o [DPVAT](#) é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causadas por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto.

O Seguro Obrigatório [DPVAT](#) foi criado pela Lei nº [6.194/74](#), com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas.

As indenizações do [DPVAT](#) são obrigatórias porque foi criado por lei, em 1974. Essa lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes com veículos o recebimento de indenizações, ainda eu os responsáveis pelos acidentes não arquem com essa responsabilidade.

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº [6.194/74](#), alterada pela Lei nº [11482/2007](#) (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causadores por Veículos Automotores de Vias Terrestres ([DPVAT](#)), o Autor faz jus à indenização financeira pelas seqüelas decorrentes do acidente de trânsito, ou seja, da invalidez permanente, conforme atesta os documentos médicos em apenso.

Assim, o art. 3º da lei nº. 6.194/74, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **por invalidez permanente, total ou parcial**, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

4 - PROVA DOCUMENTAL DEVIDAMENTE JUNTADA – DOCUMENTAÇÃO MÉDICA HOSPITALAR E BOLETIM DE OCORRÊNCIA – NEXO DE CAUSALIDADE DEVIDAMENTE DEMONSTRADO

O fato foi devidamente comprovado pela parte autora, de acordo com o art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), que diz que:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente” ...

Mediante a entrega dos seguintes documentos:

“registro da ocorrência no órgão policial competente”.

Veja que a lei não diz se o Boletim de Ocorrência deve ser comunicado ou não, **exige-se o Boletim de Ocorrência OU Certidão de Ocorrência. É ônus da Seguradora fazer prova de que as informações contidas no Boletim de Ocorrência, ou na Certidão de Ocorrência, não são verdadeiras, se assim por ventura alegar.**

Além do Boletim de Ocorrência, outros documentos juntados pela parte autora, corroboram a veracidade das declarações expostas no BO. Portanto, o conjunto probatório, atesta o fato como verdadeiro.

Veja Excelência, que a parte autora cumpriu o determinado pelo Artigo 333, I do Código de Processo Civil, pois junta documentos comprovando suas alegações (BOLETIM DE OCORRÊNCIA, conforme art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), além da documentação médica hospitalar), *portanto, meras alegações da seguradora alegando o contrário*, não podem ser admitidas.

É dever da Seguradora Requerida, cumprir com o determinado pelo art. 333, II do CPC, **que diz que ao réu incumbe o ônus da prova, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.**

Não obstante, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso, entende, que a simples prova do acidente e da invalidez permanente, podem ser provados por outros meios de provas, não dependendo exclusivamente de Laudo Pericial ou Boletim de Ocorrência, conforme se vê no recurso de apelação nº 69727/2008, abaixo transcrição da ementa:

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL Nº 69727/2008 - CLASSE II - 21 -

APELANTE: SUL AMÉRICA CIA. NACIONAL DE SEGUROS

APELADO: JOSÉ RONALDO DA SILVA

Número do Protocolo: 69727/2008

Data de Julgamento: 8-9-2008

EMENTA:

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA - DPVAT - PRELIMINAR DE DESERÇÃO - REJEITADA - ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL - AFASTADA - LAUDO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL - DISPENSÁVEL - POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO POR OUTROS ELEMENTOS DE PROVA - SINISTRO E INVALIDEZ DE CARÁTER PERMANENTE - COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL - SALÁRIO MÍNIMO - ALEGADA IMPOSSIBILIDADE DE VINCULAÇÃO - AFASTADA - PARÂMETRO PARA A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO - POSSIBILIDADE - GRAU DE INVALIDEZ RESULTANTE DO ACIDENTE DE TRÂNSITO - DESNECESSIDADE - RESOLUÇÕES DO CNSP - PRINCÍPIO DA HIERARQUIA DAS LEIS - RECURSO DESPROVIDO.

Nos termos do artigo 5º da Lei nº 6.194/74, “o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente”.

Demonstrado o nexo causal existente entre o acidente automobilístico e a lesão de caráter permanente na vítima, impõe-se o dever de indenizar.

O LAUDO PERICIAL DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL NÃO CONFIGURA DOCUMENTO ESSENCIAL E IMPRESCINDÍVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA, NOTADAMENTE PORQUE A INCAPACIDADE DECORRENTE DO SINISTRO PODE SER AFERIDA POR OUTROS MEIOS DE PROVA.(...).

Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, têm o requerente direito à indenização. Dessa forma, o Autor busca junto aos braços do Poder Judiciário o reconhecimento de sua justa indenização.

Ademais, a matéria resta exaustivamente analisada e pacificada:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A VALOR CERTO E DETERMINADO - TARIFADO EM LEI PARA OS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. MEDIDA PROVISÓRIA 340/2006. PAGAMENTO PARCIAL. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DEVIDO. 1. Não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução n.º 1/75 de 03/10/75, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois, em se tratando de norma regulamentar, não pode esta dispor de modo diverso da Lei n.º 6.194/74, de hierarquia superior. 2. A percepção dos valores referentes ao seguro DPVAT na esfera administrativa a título de liquidação de sinistro não importa em abdicar do direito de receber indenização tarifada, havendo saldo a ser satisfeito, resultante da diferença entre o valor recebido e aquele efetivamente

devido em face do previsto em lei. **3.** A parte autora possui direito à complementação do valor da indenização tarifado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser abatido o valor atinente ao pagamento parcial efetuado na esfera administrativa, montante este que deve ser corrigido monetariamente pelo IGP-M, a contar daquele termo, acrescidos de juros moratórios a partir da citação. **4.** Honorários advocatícios. Majoração para 15% do valor da condenação. Dado parcial provimento aos recursos. (Apelação Cível Nº 70028013035, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 21/01/2009).

Nota-se claramente que a lei foi criada para a indenização de vítimas de acidentes de trânsito, tudo nos termos da Lei nº [6.194/74](#), com a redação dada pela Lei nº [8.441/92](#).

Ex positis, conclui-se que é suficiente, portanto, a apresentação do laudo médico e o registro da ocorrência no órgão policial, para o devido pagamento da indenização, sendo abusiva qualquer outra exigência fora dos itens supracitados.

Ademais, não há que se falar em graduar a invalidez permanece com base na Resolução nº [1/75](#) de 03/10/75, editado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, pois em se tratando de norma regulamentar não pode dispor de modo diverso da Lei nº [6.194/74](#), de hierarquia superior, de sorte que é incabível a limitação da indenização com base na resolução precitada. Nesse sentido são os arestos a seguir transcritos:

SEGURO OBRIGATÓRIO. [DPVAT](#). INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de carência de ação, por falta de interesse processual afastada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº [6.194/74](#). Conforme o art. 5º da Lei nº [6.194/74](#), com a redação anterior à Lei [11.482/2007](#), o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 40 vezes o salário mínimo vigente na época da liquidação do sinistro, porquanto a alínea 'b' do art. 3º da Lei nº [6.194/74](#) não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Fixação da indenização em salários mínimos como critério de cálculo. Apelação desprovida. (Apelação Cível Nº 70023264666, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 21/05/2008).

SEGURO OBRIGATÓRIO. [DPVAT](#). INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de ilegitimidade passiva rejeitada. A indenização atinente ao Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres ([DPVAT](#)) pode ser exigida de qualquer seguradora integrante do consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as seguradoras que operam no referido seguro. Preliminar de falta de interesse processual rejeitada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o

previsto na Lei nº [6.194/74](#). Preliminar de falta de documento imprescindível ao exame da lide, também repelida, diante dos documentos juntados aos autos. Estando presente o nexo de causalidade entre o acidente e a invalidez permanente da parte autora, reconhecida pela seguradora na seara administrativa, é de 40 salários mínimos o valor da indenização, segundo o artigo 3º, alínea b da Lei nº [6.194/74](#). A Lei nº [6.194/74](#), alterada pela Lei nº [8.441/92](#), é o único texto legal que confere competência para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNSP ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. À unanimidade, preliminares rejeitadas. Apelo desprovido, por maioria. (Apelação Cível Nº 70023291230, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Umberto Guaspari Sudbrack, Julgado em 23/04/2008).

Frisa-se que, em se tratando de seguro pessoal, não se pode investigar quanto à proporção do prejuízo sofrido, pois a vida ou a redução da capacidade produtiva não é passível de perfeita estimativa econômica, consoante estabelece o art. [789](#) do novel [Código Civil](#), o que atentaria ao princípio da dignidade humana.

Portanto, cumpre a parte autora com o determinado por lei e embasado na jurisprudência, para fazer jus ao reconhecimento do direito a indenização, bem como ao recebimento da mesma, o que desde já requer.

Portanto, **o Promovente faz juz a ter seu seguro tabelado na forma prevista no inciso I, §1º, art. 3º da Lei do Seguro DPVAT, como demonstrado acima, ou seja, faz juz a receber o percentual de 100% do valor total do seguro, haja vista a perda da função do membro inferior, e indicação do laudo médico oficial, tal valor corresponde à R\$ 13.500,00 reais ou equivalente a 25% do valor do seguro, equivalente a R\$ 3.375,00 reais, acrescentado de correção monetária e juros de mora a contar da citação.**

4 - DA PROVA PERICIAL – DA TEORIA DA DINAMIZAÇÃO DO ÔNUS DA PROVA

O sistema processual brasileiro, ao definir que a cada parte cabe provar o que alegou, adotou a Teoria Clássica que possui uma concepção estática do ônus da prova. Isto é, a distribuição do ônus, segundo o Código de Processo Civil, define-se abstrativamente, considerando-se apenas as hipóteses legais, sem sofrer qualquer influência ou interferência da situação posta em juízo.

Observa-se, portanto, que o CPC não conferiu mutabilidade ao ônus da prova de modo que as particularidades da causa pudessem, em determinadas hipóteses, alterar a regra comum de distribuição de ônus da prova.

Ao ignorar as particularidades da causa, demonstrou-se em desarmonia com o modelo constitucional do direito processual civil, pautado no direito fundamental de acesso à justiça, que exige uma leitura do processo, de seus procedimentos e de suas técnicas, consoante as particularidades de cada causa.

Por conta disso, tem-se destacado e ganhado espaço na doutrina nacional a Teoria da Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova, que indica um modelo de distribuição pautado na dinâmica da própria relação jurídica processual em análise, podendo-se a ela se ajustar, com o fim de melhor atender às especificidades da causa em concreto.

Assim, seguindo a Teoria da Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova, este ônus não decorre de uma simples definição em abstrato do legislador, ele deve ser desempenhado pela parte que, conforme as particularidades do caso em concreto, possui as melhores condições de provar os fatos.

Por meio dessa teoria, a análise a respeito de quem tem o ônus de produzir a prova fica a cargo do magistrado, enquanto gestor da prestação jurisdicional. Nas palavras de Humberto Theodoro:

“Fala-se em distribuição dinâmica do ônus probatório, por meio da qual seria, no caso concreto, conforme a evolução do processo, atribuído pelo juiz o encargo de prova à parte que detivesse conhecimentos técnicos ou informações específicas sobre os fatos discutidos na causa, ou, simplesmente, tivesse maior facilidade na sua demonstração. É necessário, todavia, que os elementos já disponíveis no processo tornem verossímil a versão afirmada por um dos contendores e defina também a nova responsabilidade pela respectiva produção.” (Curso de Direito Processual Civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 48. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008)

Nesse sentido o julgado do E. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

“AGRAVO INTERNO. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. ADIANTAMENTO. HONORÁRIOS DO PERITO. TEORIA DAS CARGAS PROCESSUAIS DINÂMICAS. REGRA PROCESSUAL QUE TRATA DO ENCARGO DE ANTECIPAR AS DESPESAS PARA PRODUÇÃO DE PROVA NECESSÁRIA A SOLUÇÃO DA CAUSA. HONORÁRIOS. VALOR. ADEQUAÇÃO. TERMO DE COOPERAÇÃO. INAPLICABILIDADE. PRINCÍPIOS DA BOA FÉ E DA SOLIDARIEDADE NA BUSCA DA VERDADE REAL. 1. Preambularmente, cumpre destacar que é aplicável ao caso dos autos a teoria das cargas processuais dinâmicas, uma vez que as partes não se encontram em igualdade de condições para a coleta probatória pretendida, *in casu* levantamento técnico, existindo óbice para a realização desta em face da hipossuficiência da parte demandante importar na delonga desnecessária da

solução da causa, o que atenta aos princípios da economia e celeridade processo. 2. Note-se que a teoria da carga dinâmica da prova parte do pressuposto que o encargo probatório é regra de julgamento e, como tal, busca possibilitar ao magistrado produzir prova essencial ao convencimento deste para deslinde do litígio, cujo ônus deixado à parte hipossuficiente representaria produzir prova diabólica, isto é, de ordem negativa, ou cuja realização para aquela se tornasse de difícil consecução, quer por não ter as melhores condições técnicas, profissionais ou mesmo fáticas, sejam estas de ordem econômico-financeira ou mesmo jurídica para reconstituir os fatos. 3. Aplica-se a teoria da carga dinâmica probatória, com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção de determinada prova, com base no princípio da razoabilidade, ou seja, é aceitável repassar o custo da coleta de determinada prova a parte que detém melhor condição de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e obter a almejada justiça. 4. Releva ponderar que a dinamização do ônus da prova será aplicada quando for afastada a incidência do artigo 333 do código de processo civil por inadequação, ou seja, quando for verificado que a parte que, em tese, está desincumbida ao *ônus probandi*, pois não possui as melhores condições para a realização de prova necessária ao deslinde do feito. 5. Assim, a posição privilegiada da parte para revelar a verdade e o dever de colaborar na consecução desta com a realização da prova pretendida deve ser evidente, consoante estabelecem os artigos 14, I, e 339, ambos do código de processo civil, pois se aplica esta regra de julgamento por exceção, a qual está presente no caso dos autos, **pois a parte demandada conta com melhores condições jurídicas e econômicas de produzir tal prova, pois se trata de seguradora especializada neste tipo de seguro social**. 6. No presente feito não merece guarida à pretensão da parte agravante, uma vez que o art. 333 do código de processo civil estabelece que os honorários do perito serão pagos antecipadamente pela parte que houver requerido o exame técnico, ou pelo autor, quando pleiteado por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz, desde que aquela regra geral não importe em dificultar a realização da prova pretendida ou retardar a solução da causa, o que autoriza a inversão do encargo de adiantar o montante necessário a produção da prova pretendida. 7. **Destaque-se que mesmo a perícia sendo determinada de ofício pelo magistrado é possível a inversão do encargo de adiantamento dos honorários de perito, desde que atendidas às condições atinentes a teoria da carga dinâmica da produção probatória**. 8. Frise-se que a teoria da carga dinâmica da prova ou da distribuição dinâmica do ônus da prova é regra processual que visa definir, qual parte suportará os custos do adiantamento das despesas para realização de determinada prova necessária a solução do litígio no curso do feito, dentre as quais os honorários periciais. Logo, não há prejuízo a qualquer das partes com esta medida de ordem formal, pois a prova em questão irá servir a realização do direito e prestação de efetiva jurisdição, com a apuração de verdadeira reconstituição dos fatos discutidos, o que interessa a todos para alcançar a pacificação social. 9. Cumpre ressaltar, também, que antes da realização da perícia os honorários são fixados provisoriamente, a fim de ser dado início a avaliação técnica pretendida, contudo, por ocasião da decisão final, o magistrado pode estabelecer em definitivo aquela verba de sucumbência em patamar superior ao inicialmente feito, de acordo com o princípio da proporcionalidade e grau de complexidade do exame levado a efeito, atribuindo o pagamento daquela à parte sucumbente na causa. 10. Assim, devem ser mantidos os honorários definitivos fixados em dois salários mínimos, caso sucumbente a demandada. 11. No entanto, como a perícia foi postulada por ambas as partes, os honorários de adiantamento caso devessem ser alcançados pelo estado, de acordo com os limites impostos no ato nº 051/2009-p, isto se o ente público não possa prestar esta diretamente mediante corpo técnico habilitado para tanto, o que não incide no caso dos autos devido à aplicação da teoria das cargas processuais dinâmicas. 12. Descabe a aplicação do termo de cooperação nº 103/2012 firmado entre este egrégio tribunal de justiça e a

seguradora líder dos consórcios do seguro DPVAT, tendo em vista que o referido termo diz respeito ao projeto conciliação. 13. É oportuno ressaltar que o termo "cooperação" pressupõe consenso e aceitação por ambas as partes, propiciando o poder judiciário esta aproximação, mas não importa em medida coercitiva e obrigatória a ser aplicada a questão de ordem privada, quando não há esta composição prévia. Ao contrário, no caso dos autos a matéria é controvertida e litigiosa, pendente de decisão judicial, logo, não se aplica aquela parametrização sugerida para os honorários periciais, devendo estes atender aos parâmetros usualmente fixados pela Lei Processual Civil, princípios jurídicos e critérios fixados jurisprudencialmente. 14. Os argumentos trazidos no recurso não se mostram razoáveis para reformar a decisão monocrática. Negado provimento ao agravo interno. (TJRS; AG 521201-30.2013.8.21.7000; Porto Alegre; Quinta Câmara Cível; Rel. Des. Jorge Luiz Lopes do Canto; Julg. 25/03/2014; DJERS 28/03/2014)

Seguindo a influência da doutrina favorável à dinâmica da distribuição do ônus da prova, bem como a jurisprudência, o Projeto de Lei nº 8.046/2010, que trata do novo Código de Processo Civil Brasileiro, trouxe essa já pacificada possibilidade de dinamização do ônus da prova. Determina o art. 358, *in verbis*:

Com base na premissa apresentada, com o fim de chegar-se a uma justiça processual e, pautada na orientação doutrinária acima delineada, requer, desde já, Requerer a aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, **com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção da prova pericial**, tomando por base, o princípio da razoabilidade, pois a seguradora Requerida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e obter a alcançando assim, a almejada justiça.

5 - DOS JUROS LEGAIS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Os documentos apresentados fazem provas suficientes da incapacidade sofrida pelo Requerente, devendo ser reconhecido o direito a indenização, com juros a partir da citação, e correção monetária a partir da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, ou seja, a partir do dia 29/12/2006, data que os valores foram congelados e a partir daí, nunca mais teve reajustes.

Excelência, como já é sabido, a Medida Provisória nº 340/2006, alterou o valor para pagamento das indenizações no seguro obrigatório DPVAT, de 40 (quarenta) salários-mínimos, para até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Pois bem, essa medida provisória que depois foi convertida para Lei 11.482/2007, FIXOU os valores, e desde então, esses valores jamais foram corrigidos, ou reajustados, sofrendo a INEVITÁVEL e progressiva deterioração pela inflação.

Ressalta-se que, considerando que a inflação medida pelo IPCA acumulada do mês posterior à aprovação da mudança (dezembro de 2006) até julho de 2012, chegou a 31,4%, a perda de valor do sinistro do DPVAT já atingiu quase 1/3 (um terço).

Nota-se ainda que os valores arrecadados pelo DPVAT, conforme informações do sítio da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, são expressivos e têm se incrementado continuamente (**TODO ANO É REAJUSTADO, E O PAGAMENTO PELO CONTRIBUINTE É OBRIGATÓRIO**).

De uma arrecadação total de R\$ 1,9 bilhão em 2005, o DPVAT arrecadou R\$ 6,7 bilhões em 2011. As indenizações neste período também cresceram, mas em proporções bem inferiores.

Enquanto as indenizações representavam 36,2% do total arrecadado com o DPVAT em 2005, esta proporção atingiu 34,1% em 2011, pouco mais de dois pontos a menos.

A correção monetária a partir da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, ou seja, a partir do dia 29/12/2006, data que os valores foram congelados e a partir daí, nunca mais teve reajustes, é medida que se faz urgente, para evitar o enriquecimento sem causa das sociedades seguradoras, em detrimento do contribuinte.

Acompanhando todas as manobras das seguradoras, até conseguirem a edição da medida provisória em comento, ficou claro, que a norma não trouxe nenhuma forma de reajuste de propósito. Tudo fazia parte de um grande plano das seguradoras para diminuir o valor que seria repassado às vítimas de acidente, de forma progressiva. Inclusive contando com os efeitos corrosivos decorrentes da falta de um fator ou índice de correção.

Mas esse é outro assunto. Especificamente falando da **correção monetária**, esta visa manter o poder aquisitivo da moeda vigente no país, meio circulante de curso forçado com efeito liberatório das obrigações avençadas, cujo valor efetivo visa estabilizá-la como meio de troca econômica.

Sobre o assunto, são os ensinamentos do ilustre jurista José de Aguiar Dias (DIAS, José de Aguiar, Da Responsabilidade Civil, XIª ed., revis., atual e amp., de acordo com o código Civil de 2002 por Rui Berford Dias SP, RJ, PE: Renovar, 2006, p. 988) , ao asseverar que:

“A fórmula de atualização mais indicada, portanto, é a correção monetária, que é uma compensação à desvalorização da moeda. Constitui elemento integrante da condenação, desde que, no intervalo entre a data em que ocorre o débito e aquela em que é satisfeito, tenha ocorrido desvalorização. Se o devedor tem que pagar 100 reais e os 100 reais que ele ficou a dever não são mais, 100 reais, mas 100 reais menos a desvalorização sofrida pela moeda, é evidente que só se exonerará do débito e o credor só receberá o que lhe é devida, se o valor real, desconstruído do valor nominal, for reintegrado, mediante o acréscimo da diferença verificada”.

Ainda, é oportuno trazer à baila as lições de Arnaldo Wald (WALD, Arnaldo. Correção monetária de condenação judicial em ação de responsabilidade civil. Revista de Processo, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 104, n. 26, p. 133-149, out.- dez/2001) quanto à atualização monetária, transcritas a seguir:

“Cabe agora verificar de que forma se deverá calcular a correção monetária da indenização, de forma a assegurar que o valor real do dano seja o mais rigorosamente preservado. Trata-se de um imperativo de ordem ética e jurídica, de forma a se obter a integral reparação do dano sem privilegiar ou punir qualquer das partes envolvidas.

Como já dissemos acima, a correção monetária da condenação não pode servir de benefício ao devedor, mas tampouco pode constituir em prêmio ao credor. Ela deve ser aplicada de forma a preservar e manter a essência da indenização, ajustando os números à realidade inflacionária e, consequentemente, mantendo o poder aquisitivo do dinheiro desvalorizado.

(...)

Sendo assim, sempre que houver depreciação monetária entre o momento da fixação do montante pecuniário da indenização e o instante do pagamento, a expressão nominal do dinheiro deve ser reajustada para que continue a traduzir o valor intrínseco do dano a reparar”.

Como a correção monetária tem por finalidade recompor o poder aquisitivo da moeda corroída pela inflação, nada mais justo, portanto, que o início da sua incidência se dê desde a data da entrada em vigor da Medida Provisória que alterou e CONGELOU os valores em até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Portanto, com todas as vênias, aos que entendem que a correção monetária no seguro DPVAT, deve incidir a partir da data do sinistro ou do protocolo/distribuição da ação, pode-se afirmar com certeza que esse entendimento é absolutamente equivocado, especificamente quando se trata de sinistro ocorrido a partir da entrada em vigor da medida provisória nº 340/2006. Isso porque, como visto, essa medida provisória, congelou os valores LÁ EM 2006.

Para exemplificar, se uma pessoa sofrer um acidente de trânsito no ano de 2020, e deste acidente resultar incapacidade total de um dos membros inferiores, o valor a

ser pago a essa vítima pelas seguradoras, será o valor equivalente a perda do membro (de acordo com a tabela), em valores nominais fixados no ano de 2006. Se o magistrado determinar que esse valor seja corrigido desde a data do acidente ou da distribuição da ação, o prejuízo será de enormes proporções, pois serão 14 anos de deterioração da moeda.

Alguns Tribunais Pátrios já perceberam essa defasagem e já estão determinando a correção desde a data da publicação da medida provisória, senão vejamos:

AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. APLICAÇÃO DA TABELA INTRODUZIDA PELA MP Nº 451/08. IMPOSSIBILIDADE. SINISTRO OCORRIDO ANTES DA SUA VIGÊNCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DA PUBLICAÇÃO DA MP Nº 340. RECOMPOSIÇÃO DA MOEDA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A Medida Provisória 451/08, que estabelece uma gradação do valor da indenização a depender da intensidade da deficiência sofrida, não se aplica ao presente caso, eis que posterior à ocorrência do sinistro.

2. Aplica-se a correção monetária a partir da publicação da MP nº 340, eis que desde essa data o valor da indenização não se alterou, mas o valor dos prêmios continuou sendo atualizado, propiciando, assim, a recomposição do valor da moeda.

3. Agravo regimental conhecido, mas improvido. (TJDFT, 2ª T. Cível, ac. 487.348, Des. J.J. Costa Carvalho, julgado em 2011).

APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. ACIDENTE OCORRIDO EM 25/04/07. VALOR DA INDENIZAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. 1. É APLICÁVEL A LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA DO DPVAT DA ÉPOCA DO ACIDENTE, QUE ESTABELECE A INDENIZAÇÃO NO VALOR DE R\$13.500,00 PARA A HIPÓTESE DE INCAPACIDADE PERMANENTE, TOTAL OU PARCIAL. 2. A CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDE A PARTIR DA VIGÊNCIA DA MP 340/06, SOB PENA DE INACEITÁVEL INJUSTIÇA CONSISTENTE EM VALOR CORROÍDO PELA INFLAÇÃO E AGRAVADA PELOS FREQUENTES REAJUSTES DO PRÊMIO. (TJ-DF - APC: 20080710006606 DF 0000541-65.2008.8.07.0007, Relator: CRUZ MACEDO, Data de Julgamento: 12/09/2012, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 12/07/2013 . Pág.: 154).

“(…) ‘Comprovada a debilidade permanente da função locomotora do membro inferior, ainda que em pequeno grau, nos termos da lei nº 6.194/74, a vítima faz jus ao recebimento da indenização.’ (APC 2007.01.1.032.743-9) 2. ‘Com base no princípio tempus regit actum, ocorrido o acidente em 01/02/2007, impõe-se a indenização no montante de R\$ 13.500,00 (art. 3º, da Lei 6194/74, com a redação dada pela Lei 11482/07), **devidamente corrigido monetariamente, tomando, como início da fixação desse valor, a data da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, isto é, 29/12/2006.**’ (APC 2007.10.1.004308-6) (...) (20070810070448APC, Relator ROMEU GONZAGA NEIVA, 5ª Turma Cível, julgado em 18/03/2009, DJ 06/04/2009 p. 101)”

“(…) Inadequada a interpretação, ainda que positivada em resolução do CNSP, quando há lei ordinária, portanto hierarquicamente superior, que não fez qualquer distinção quanto à gradação do valor da indenização de acordo com o ‘grau’ da debilidade permanente sofrida pela vítima. 4. Com base no princípio tempus regit actum, ocorrido o acidente em 01/02/2007, impõe-se a indenização no montante de R\$ 13.500,00 (art. 3º, da Lei 6194/74, com a redação dada pela Lei 11482/07), **devidamente corrigido monetariamente, tomando, como início da fixação desse valor, a data da entrada em vigor**

da Medida Provisória nº 340, isto é, 29/12/2006. (...).(20071010043086APC, Relator J.J. COSTA CARVALHO, 2ª Turma Cível, julgado em 19/11/2008, DJ 14/01/2009 p. 100)”

“APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. NEXO CAUSAL COMPROVADO POR OUTROS DOCUMENTOS. POSSIBILIDADE. A comprovação do nexo causal do acidente e das lesões pode ser feita por meio de outros documentos, quando ausente o registro de ocorrência perante a autoridade policial. **CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DA EDIÇÃO DA MP 340/2006 (29/12/2006).**

A indenização devida pelo seguro DPVAT, em caso de acidente ocorrido após as alterações perpetradas pela Medida Provisória 340/2006, deve ser corrigida monetariamente a partir da data de sua edição (29/12/2006), por se tratar de medida que visa à reposição inflacionária no período. RECURSO NÃO PROVIDO, COM ALTERAÇÃO, DE OFÍCIO, DA CORREÇÃO MONETÁRIA” (TJPR - 9ª C.Cível - AC - 1259547-4 - Paranavaí - Rel.: Vilma Régia Ramos de Rezende - Unânime - - J. 06.11.2014).

Sobre o tema, o Desembargador JOSÉ ANICETO, do Tribunal de Justiça do Paraná, fez as seguintes considerações em voto de processo em que foi relator:

“Aliás, permitir que a seguradora pague em 2015 o mesmo valor fixado em 2006 é admitir um enriquecimento ilícito absurdo.

Veja-se que a aplicação da correção monetária a partir da edição da Medida Provisória nº 340/2006, reflete a mera recomposição do poder aquisitivo do valor devido com base na referida MP. Ademais, o magistrado pode, mesmo não tendo havido pedido expresso, alterar a condenação no pagamento da correção monetária porque esta se caracteriza como acessório e consectário lógico da condenação principal, incidindo independentemente da vontade da parte.

Portanto, é devido o pagamento da correção monetária sobre o valor da indenização, da data da entrada em vigor da MP 340/2006, ou seja, 29/12/2006, conforme determinou a sentença”.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, tem um entendimento diferente à respeito, porém, com o mesmo raciocínio, evitar a depreciação dos valores instituídos pela medida provisória que foi convertida na Lei 11.482/2007, determinando a correção desde a publicação da Lei, ou seja, desde 31/05/2007, nesses termos:

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. PAGAMENTO DE SEGURO DPVAT. INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA. PERCENTUAL A SER APLICADO SOBRE VALOR FIXADO NA LEI 11.482/2007. CIFRA QUE REPRESENTA DETERMINADO POTENCIAL AQUISITIVO. CORREÇÃO MONETÁRIA QUE DEVE INCIDIR DESDE A DATA DE PUBLICAÇÃO DA LEI 11.482/2007, A FIM DE QUE SE PRESERVE O PODER AQUISITIVO CONFERIDO PELO LEGISLADOR À INDENIZAÇÃO RELATIVA AO SEGURO DPVAT. RECURSO PROVIDO. A representação numérica que se dá um valor é tão somente o índice do poder aquisitivo que tal valor representa. Logo, quando o Legislador estabeleceu, na Lei n. 11.482, publicada em 31-5-2007, que a indenização relativa ao seguro DPVAT deveria ser calculada com base no valor máximo de R\$ 13.500,00, o legislador conferiu aos respectivos segurados o direito de receber determinado percentual do equivalente ao poder aquisitivo que R\$ 13.500,00 representavam em 31-5-2007. Por conseguinte, os mesmos R\$ 13.500,00, nas datas em que ocorreram os

acidentes de trânsito com os autores apelantes, não representavam mais o potencial aquisitivo que o Legislador destinou à indenização relativa ao seguro DPVAT, já que, para tanto, os R\$ 13.500,00 careceriam ser corrigidos monetariamente, segundo o INPC/IBGE”. (TJ-SC - AC: 20130517842 SC 2013.051784-2 (Acórdão), Relator: Carlos Prudêncio, Data de Julgamento: 02/09/2013, Primeira Câmara de Direito Civil Julgado)

Veja nobre julgador, que a progressiva deterioração dos valores pagos a título de indenização no seguro DPVAT, é motivo de preocupação, não podendo o judiciário fechar seus olhos para esse particular.

Portanto, requer seja reconhecido o direito a indenização, e determinado que a seguradora pague tal indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT com **JUROS LEGAIS de 1,0% (um por cento) ao mês, A PARTIR DA CITAÇÃO INICIAL, e CORREÇÃO MONETÁRIA** com o índice INPC, a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em **até** R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve reajuste ou correção);

III - DOS PEDIDOS

Diante de todos os argumentos fático-jurídicos supra delineados, com fundamento nos dispositivos legais, interpretações doutrinárias e jurisprudenciais acima transcritos, requer a Vossa Excelência:

01 - A concessão da gratuidade de justiça, posto que declara ser pobre nos termos da lei, não tendo condições de arcar com as custas processuais nem com os honorários advocatícios.

02 – A citação da parte Requerida para, querendo, contestar os termos da presente ação, sob pena de revelia e de confissão quanto à matéria fática.

04 - Que seja a demanda **JULGADA PROCEDENTE**, acolhendo o pedido da parte autora em sua totalidade.

05 - Requer a aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, **com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção da prova pericial**, tomando por base, o princípio da razoabilidade, pois a seguradora Requerida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e alcançando assim, a almejada justiça;

06 - Se eventualmente pelos motivos elencados em lei, **for decretada a revelia da Seguradora Requerida**, requer seja aplicada a teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, com a inversão do ônus de suportar as despesas com a produção da prova pericial, **condenando a Ré a arcar com os honorários periciais, arbitrados por Vossa Excelência, que deverão ser pagos ao final do processo**, pois não pode o estado arcar com tal ônus por desídia da Seguradora, também não pode a mesma beneficiar-se da própria torpeza (haja vista que se for o Estado incumbido de tais despesas, a seguradora estaria sendo premiada por ser revel, o que não é admissível);

07 - O Promovente faz *juz* a ter seu seguro tabelado na forma prevista no inciso I, §1º, art. 3º da Lei do Seguro DPVAT, como demonstrado acima, ou seja, faz *juz* a receber o percentual de 100% do valor total do seguro, haja vista a perda da função do membro inferior, e indicação do laudo médico oficial, tal valor corresponde à complementação do valor para chegar em R\$ 13.500,00 reais ou equivalente a 25% do valor do seguro, equivalente a R\$ 3.375,00 reais, bem como a complementação salarial do mês que passou percebendo auxílio-doença, acrescentado de correção monetária e juros de mora a contar da citação.

08 - Seja a Requerida condenada ao pagamento de honorários advocatícios no importe de 20% (vinte por cento) ou outro valor que Vossa Excelência julgue pertinente, além das custas processuais.

09 - Informa que não possui interesse em audiência de conciliação/mediação.

IV – DAS PROVAS

Protesta provar o alegado por todos os meios admitidos em direito, em especial, prova testemunhal, pericial e documental.

V - DO VALOR DA CAUSA

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nesses termos,

Pede e Espera Deferimento.

Aracaju, 30 de março de 2020.

Allana Dayane Queiroz de Santana

OAB/SE 6.442



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SERGIPE

Aracaju, 30 de Março de 2017.

ADITAMENTO DO BOAT Nº 769/2017

Com relação ao BOAT (Boletim de Ocorrência de Acidentes de Trânsito) Nº 769/2017, datado de 25/09/2016, envolvendo os veículos de placa QKV8104 e NVL9006.

NO BOLETIM: Informo que dados colhidos pelos policiais, após o sinistro, estão registrados no BOAT.

ESCLAREÇO: Foi observada divergência (erro na digitação) no campo placa Veículo (01) sendo analisada pela autoridade policial, segue a resposta conforme despacho em anexo.

Glaukia Suiane G. Bezerra
Glaukia Suiane Gomes Bezerra

Coordenadora de Ocorrência de Trânsito / DETRAN

Glaukia Suiane G. Bezerra
Coordenadora / COAT
RG 3.164.826, o SSP/SE
DETRAN

Av. Presidente Tancredo de Almeida Neves, S/Nº - Ponto Novo
Tel.: (79) 3226-2055 // (79) 3226-2164
CEP 49097-510 - Aracaju/SE - C.N.P.J. 01.560.393/0001-50



**COMANDO DO POLICIAMENTO MILITAR DA CAPITAL
COMPANHIA DE POLICIAMENTO DE TRÂNSITO**



ADITAMENTO - 002/2017.

Aracaju, 29 de Março de 2017.

Referente ao BOAT nº 769/2016 de 25 de Setembro de 2016, onde foi observada a divergência (erro de digitação) no campo placa do **VEÍCULO - 01** e por consequente no campo **DADOS DO PROPRIETÁRIO**, no documento manuscrito no dia do acidente, pela equipe do SAAT. E o que foi digitado no Sistema Informatizado do DETRAN/SE (BOAT).

- Onde se Lê:

- PLACA - V1: QKV-8104/SE.

- Marca modelo - **HONDA/CG 160 TITAN EX.**
- Cor **VERMELHA**
- Categoria - Particular,
- Tipo de veículo - Motocicleta,
- Espécie de veículo - Passageiro,
- Ano de fabricação - **2016**,
- Nº de ocupantes 1, nº de feridos 1 nº de mortos 0.

- Dados do Proprietário:

- **Chryslaine Melo Santos,**
- Logradouro Rua A- 44,
- Nº 499,
- Conj. Marcos Freire III,
- Nossa Senhora do Socorro/SE.

DETRAN/SE
PROTOCOLADO
DATA / /
SAD
267834961
ASS.

Claudia de Oliveira M. Santos
RG: 1.279993 SSP/SE



**COMANDO DO POLICIAMENTO MILITAR DA CAPITAL
COMPANHIA DE POLICIAMENTO DE TRÂNSITO**



ADITAMENTO - 002/2017.

Aracaju, 29 de Março de 2017.

Referente ao BOAT nº 769/2016 de 25 de Setembro de 2016, onde foi observada a divergência (erro de digitação) no campo placa do **VEÍCULO - 01** e por consequente no campo **DADOS DO PROPRIETÁRIO**, no documento manuscrito no dia do acidente, pela equipe do SAAT. E o que foi digitado no Sistema Informatizado do DETRAN/SE (BOAT).

- Onde se Lê:

- PLACA - V1: QKV-8104/SE.

- Marca modelo - **HONDA/CG 160 TITAN EX.**
- Cor **VERMELHA**
- Categoria - Particular,
- Tipo de veículo - Motocicleta,
- Espécie de veículo - Passageiro,
- Ano de fabricação - **2016**,
- Nº de ocupantes 1, nº de feridos 1 nº de mortos 0.

- Dados do Proprietário:

- **Chryslaine Melo Santos,**
- Logradouro Rua A- 44,
- Nº 499,
- Conj. Marcos Freire III,
- Nossa Senhora do Socorro/SE.

DETRAN/SE
PROTOCOLADO
DATA / /
SAD
267834961
ASS.

Claudia de Oliveira M. Santos
RG: 1.279993 SSP/SE



**COMANDO DO POLICIAMENTO MILITAR DA CAPITAL
COMPANHIA DE POLICIAMENTO DE TRÂNSITO**




- **Leia-se:**

- **PLACA - VI: OKU-8104/SE,**

- Marca modelo - **HONDA/CG150 START,**
- Cor - **PRETA,**
- Categoria - Particular,
- Tipo de veículo - Motocicleta,
- Espécie de veículo - Passageiro,
- Ano de fabricação - **2015,**
- Nº de ocupantes 1, nº de feridos 1, nº mortos 0,

- **Dados do Proprietário:**

- **Edmilson Nascimento dos Santos,**
- Logradouro Rua 11, s/n,
- Pov. Areia Branca,
- Bairro Mosqueiro,
- Aracaju /SE.


Claudia de Oliveira M. Barros
SUBCOMANDANTE DA CPTRAN


Glaukia Suiane Gomes Bezerra

CHEFE DO COAT



FUNDAÇÃO HOSPITAL DE SAÚDE



Fundação
Hospital
de Saúde

HUSE

AMBULATÓRIO DE RETORNO

MÉDICO:

Dr. Michael

2

ESPECIALIDADE:

DATA DO RETORNO:

HORA:

TEL:



3216-2603

QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome Edmilson Nascimento dos Santos

Loc. Nas. Joaquim Data 28.06.1971

Em. SE

Filiação João Ombroso dos Santos

Santos

Est. Civil sol Doc. N.º

Fis. Lib Reg. Civil

Outro doc. CJ Nº 1.000.503-SSP-SE

Situação Militar: Doc.

N.º Órgão Em

Naturalizado Dec. N.º Em

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em

Doc. Ident. N.º Exp. em

Estado

Obs.

Data Emissão 11.08.87 DRT SE

Assinatura do Funcionário

ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE
(Com relação nome, est. civil e data nasc.)

Nome

Doc.

Nome

Doc.

Nome

Doc.

Est. Civil

Doc.

Est. Civil

Doc.

Nascimento

Doc.

Doc.

Doc.

Doc.

Doc.

Doc.

Doc.

Doc.

Doc.

Doc.

Doc.

Doc.

Doc.

Doc.

Doc.

Doc.

Doc.

Doc.

Doc.

Doc.

Assinatura do Portador



Número 41.339

Série 00003-SE



CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

SECRETARIA DE EMPREGO E SALARIO

MINISTÉRIO DO TRABALHO



A Carteira de Trabalho e Previdência Social
vale, também, como documento de identidade, con-
forme dispõe o artigo 40 da Consolidação das Leis
seus dependentes.
Nela são registrados os salários e todos os
elementos básicos para reconhecimento de seus
direitos perante a Previdência Social, bem como
para a obtenção da aposentadoria e demais bene-
fícios da Previdência Social — para V. como para
atividade profissional remunerada.
Seu uso, obrigatório para comprovar a relação
de emprego que V. mantém com a empresa, é tam-
bém indispensável para o exercício de qualquer
atividade profissional remunerada.
A Carteira de Trabalho e Previdência Social foi
instituída pelo Decreto n.º 22.035, de 29 de outubro
de 1932, e posteriormente reformulada pelo Decreto-
Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, que aprovou
a Consolidação das Leis do Trabalho.

14

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador:
 Empr EDIFICIO MANSÃO GENTIL BARBOSA
 CNPJ: 07.282.053/0001-91
 Rua End.: AV. DEF. SILVIO TEIXEIRA 600
 Cidade: ARACAJU Estado: SE
 Esp. do Estab: CONDOMINIO RESIDENCIAL
 Esp. C Cargo: PORTEIRO
 Cargo CBO n°: 51741
 Reg. n° 01018
 Data de Admissao: 01/03/2007
 Remuneracao Especifica: 370,00 Por mes.
 Regis *TREZENTOS E SETENTA REAIS*****
 Remu ARACAJU , 01/03/2007

O MANSÃO GENTIL BARBOSA

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1.º

2.º

Data saída... EDIFICIO MANSÃO GENTIL BARBOSA de 19 2018

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.
SINDICATO

1.º

2.º

Vale PB 46

46

ANOTAÇÕES GERAIS

(Atestado médico, alteração do contrato do trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)

O ultimo dia efetivamente trabalhado foi 20 de Agosto de 2018

Taís Maylene de Almeida

EDIMILSON NASCIMENTO DOS SANTO
RUA ONZE, S/N - AREA BRANCA
ARACAJU/SE CEP: 49000000 (AG: 1)



Ligação MONOFÁSICO
Cis/Soc RES MTC B1 / RESIDENCIAL - RESIDENCIAL
Roteiro 18 - 1 - 381 - 3770 Referência Dez / 2019
Medidor B1045010632 Emissão 30/12/2019

ENERGISA SERGIPE DISTRIB ENERGIA S
Rua Min Apolonia Sales, 81 - Inácio Barbosa
Aracaju/SE - CEP 49040-150
CNPJ 13.017.462/0001-63 Insc Est 270.767.436
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 019.975.105
Cod. para Déb. Automático: 00003819180

Atendimento ao Cliente ENERGISA 08000 79 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Dez / 2019	30/12/2019	28/01/2020	631.610.846-00

UC (Unidade Consumidora): 3/581918-0

Canal de contato

A Energisa convida você e sua família para o NATAL ILUMINADO 2019. Serão 1,5 milhão de pontos de luz decorando as praças Fausto Cardoso, Almirante Barroso e Olimpio Campos, no centro de Aracaju. Espetáculos artísticos com show pirotécnico, tunel musical, carrossel, trem do Papai Noel e muito mais. De 28/11 a 06/01/19.

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
28/11/19	18034	30/12/19	19067		53	32

Demonstrativo							
CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa (R\$)	Valor Base Calc. (R\$)	Alig. ICMS (R\$)	Base Calc. PIS (R\$)	Coluna (R\$)
0601	Consumo em kWh	53,000	0,749750	39,73	39,73 25	9,94	39,73 0,28 1,39
0601	Adic. B. Vermelha			0,17	0,17 25	0,04	0,17 0,00 0,00
0601	Adic. B. Amarela			0,94	0,94 25	0,23	0,94 0,01 0,03
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS							
0804	JUROS DE MORA 10/2019			0,33	0,00 0	0,00	0,00 0,00 0,00
0804	JUROS DE MORA 11/2019			8,72	0,00 0	0,00	0,00 0,00 0,00
0805	MULTA 10/2019			0,58	0,00 0	0,00	0,00 0,00 0,00
0805	MULTA 11/2019			1,45	0,00 0	0,00	0,00 0,00 0,00
0899	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 10/2019			0,07	0,00 0	0,00	0,00 0,00 0,00
0899	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 11/2019			3,04	0,00 0	0,00	0,00 0,00 0,00

CCI Código de Classificação do Item TOTAL 55,03 40,84 10,21 40,84 0,30 1,41
Tarifa s/ Tributos: 0,530720

Média últimos meses (kWh)	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
36	08/01/2020	R\$ 55,03

Histórico de Consumo (kWh)

1	0	0	2	1	0	25	39	39	42	50	48
Dez/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19

RESERVADO AO FISCO

8ee2.5a5a.bd34.de98.97c5.6916.9add.e934.

Indicadores de Qualidade			10/2019 - MOSQUEIRO	
Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)		
DIC MENSAL	4,95	0,00		
DIC TRIMESTRAL	9,91			
DIC ANUAL	19,82			
FIC MENSAL	3,17	0,00		
FIC TRIMESTRAL	6,35			
FIC ANUAL	12,70			
DMIC	2,77	0,00		
DICRI	12,22			

Composição do Consumo

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviço de Dist. da Energisa/SE	10,54	19,16
Compra de Energia	15,24	27,69
Serviço de Transmissão	1,03	1,87
Encargos Setoriais	2,11	3,83
Impostos Diretos e Encargos	25,11	47,45
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	55,03	100,00

Valor de EUSD (Ref 10/2019) R\$ 14,24

ATENÇÃO

- REAVISO DE VENCIMENTO: Caso a(s) fatura(s) ao lado relacionada(s) permaneça(m) em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 14/01/2020. Conforme Resolução 414 da ANEEL. O pagamento após essa data não elimina a possibilidade de devolução do fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado ou as contas por não estejam na unidade consumidora para correção. Caso já tenha efetuado o pagamento da(s) fatura(s) acima, desconsidere esta mensagem. Fatura sujeita a inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplência. - Problemas na iluminação pública ligue para 0800 642 4343. - Letura confirmada.

Faturas em atraso

Nov/19 29,89

ERESIO MANSÃO GENTIL BARBOSA

Período : Agosto / 2016

CNPJ : 07.282.053/0001-91

Nome do Funcionário

Código	Nome do Funcionário
	CON NASCIMENTO DOS SANTOS

C30

02 Divulsião

PORTEIRO DE EDIFICIO

Código		Nome do Funcionário	517410	
00003		EDMILSON NASCIMENTO DOS SANTOS		
		Descrição	Ref.	Vencimentos
Cod.				
00S1		Salário Base	12,3	898,09
01H1		Hora Extra Normal (50%)	162	92,05
01A9		Adicional Noturno	19,23	161,66
01R1		Repouso Remunerado	6,15	99,36
G659		Supressão de Intervalo	23,13	55,23
G660		Hora Noturna Reduzida	1	207,73
02A2		Faltas	1	
02A3		Dsr sob faltas		
05D1		Desconto Vale Transporte	8	
09D1		INSS		
10A2		Adiant. Salário		
			</	

Feliz Ano Novo!!!
Boas festas!!!!

Salário Base
898,09

Base INSS	1.454,24
-----------	----------

Base Calc. HGTS
1,454.24

FGTS do Mês
116,33

Base Calc. (PARF)
1,148,32

Valor Liquidado	↑	924,78
		Firma (RPF)

Total des Descontos:	589,34
----------------------	--------

898,09

31/08/2016

DATA

ASSINATURA

GENTIL		EDIFÍCIO MANSÃO GENTIL BARBOSA		Recibo de Pagamento de Salário	
CNPJ : 07.282.053/0001-91		Período : Setembro / 2016			
Nome do Funcionário		Divisão			
00003 EDMILSON NASCIMENTO DOS SANTOS		02		PORTEIRO DE EDIFÍCIO	
Código		517410			
Cod.	Descrição	Ref.	Vencimentos	Descontos	
00S1	Salário Base	6,15	898,09		
01H1	Hora Extra Normal (50%)	37,3	46,03		
01H9	Adicional Noturno	20	37,22		
01R1	Repouso Remunerado		49,74		
G505	Feriado		62,36		
G659	Supressão de Intervalo	6,15	55,23		
G660	Hora Noturna Reduzida	5,33	47,87		
05D1	Desconto Vale Transporte			53,89	
09D1	INSS			95,72	
10A2	Adiant. Salário	8		359,24	
Total de Vencimentos			1.196,54	Total de Descontos	
Valor Líquido			↑	508,85	
Base Calc. FGTS			1.196,54	Base Calc. IRRF	
Base INSS			1.196,54	Falsa IRRF	
FGTS do Mês			95,72	911,23	
Salário Base			898,09	687,69	
<p>Feliz Ano Novo!!!!</p> <p>Boas festas!!!!</p>					
<p>DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO</p> <p>30/09/2016</p> <p>DATA</p>					
<p>ASSINATURA</p> <p>Edmilson Nascimento dos Santos</p>					

5,00
x
4,25
=

21,25
x
22,00
=

467

GENTIL		EDIFÍCIO MANSÃO GENTIL BARBOSA		Recibo de Pagamento de Salário	
CNPJ : 07.282.053/0001-91		Período : Julho / 2016			
Código	Nome do Funcionário	CBO			
00003	EDMILSON NASCIMENTO DOS SANTOS	517410	02	PORTEIRO DE EDIFÍCIO	
Cod.	Descrição	Ref.	Vencimentos	Descontos	
00S1	Salário Base		898,09		
01H1	Hora Extra Normal (50%)	1,1	8,23		
01H9	Adicional Noturno	156	155,67		
01R1	Repouso Remunerado	19,23	94,39		
G505	Feriado		70,27		
G659	Supressão de Intervalo	6,3	56,58		
G960	Hora Noturna Reduzida	22,28	200,09		
05D1	Desconto Vale Transporte			53,89	
09D1	INSS			118,66	
10A2	Adiant. Salário	8		359,24	
Feliz Ano Novo!!!! Boas festas!!!!			Total de Vencimentos	531,79	
			Valor Líquido	951,53	
			Base Calc. FGTS	Base Calc. IRRF	Pagou IRRF
			1.483,32	1.175,07	
DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO <u>30/07/2016</u>			ASSINATURA <u>Edmilson Nascimento</u>		
DATA <u>30/07/2016</u>					

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA

Declaro perante este Juízo, que no momento não tenho condições financeiras para arcar com as despesas e custas processuais, sem evidentemente comprometer o meu sustento e manutenção da minha família, por esta razão, venho à presença de Vossa Excelência, requerer a gratuidade das mesmas, para que eu possa ter acesso a esse Douto Juízo, conforme determina a lei 1.060/50 e suas alterações posteriores.

Aracaju/SE, 27-04-2020.


EDMILSON NASCIMENTO DOS SANTOS

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

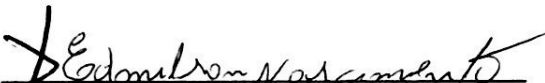
OUTORGANTE(S): EDMILSON NASCIMENTO DOS SANTOS, brasileiro, maior, capaz, casado, serviços gerais, inscrito no CPF sob o nº. 531.610.845-00, RG nº. 1020503 SSP/SE, residente e domiciliado Avenida Ecologista Chico Mendes, 267, Povoado Areia Branca, Mosqueiro, Aracaju/SE, CEP: 49007-000, Telefone (79) 99112-4573.

OUTORGADA: Nomeia e constitui como sua procuradora para defender seus direitos fundamentais e interesses jurídicos, a advogada ALLANA DAYANE QUEIROZ DE SANTANA, brasileira, solteira, Advogada, inscrita na OAB/SE sob o nº. 6.442, com escritório profissional situado na Avenida Rio Branco, nº 186, Edifício Oviêdo Teixeira, 6º Andar, Sala 604, Bairro Centro, CEP 49010-910, Aracaju/SE, Telefone (79) 3023-9040; (79) 99605-7040, e-mails: allanaqueiroz@hotmail.com; allanaqueiroz89@gmail.com, local em que receberá a comunicação de todos e quaisquer atos processuais.

PODERES: Amplos e gerais poderes de representação para o exercício do procuratório judicial e extrajudicial, atinentes a cláusula "ad judicium et extra", especialmente visando a defender direitos do(a)s outorgante(s) em ação, podendo ainda, requerer a gratuidade de justiça, variar de ações, receber citações e intimações, desistir, transigir, confessar, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber e dar quitação, firmar compromisso, produzir provas ou justificações, requerer, concordar com cálculos e avaliações, receber valores, ratificar desistências e praticar, enfim, todos os atos necessários que visem ao bom e fiel cumprimento dos deveres e prerrogativas advocatícias de defesa dos direitos subjetivos e interesses jurídicos do(a) outorgante, para o que são conferidos todos os poderes, ainda que aqui não declarados expressamente, inclusive substabelecer, com ou sem reserva de poderes.

BASE LEGAL: Art. 133, da Constituição Federal, Arts. 653 a 692, do Código Civil Brasileiro, Art. 38, do Código de Processo Civil e Arts. 1º, inciso I, 2º, 5º, 7º e 44, inciso I, do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

Aracaju, 27-04-2020.


EDMILSON NASCIMENTO DOS SANTOS

AR: MV + em AHT em ambos hemitórax com ruídos baixos.
 ABD: Plano, flácido, indolor à palpação e RHA presente.
 EXT: D com edema ++/4+, eritema leve, calor moderado em membro inferior direito, pulso palpável.
 E sem edema, com pulso palpável

EVOLUÇÃO CLÍNICA DURANTE O INTERNAMENTO:

Paciente com boa evolução clínica, sem queixas desde a internação nesta unidade, o MID apresentando diminuição do edema, eritema e do calor local gradativamente. Sem febre.

Outros exames complementares de diagnóstico:

Eletrcardiograma	29/08/2018	Sem alteração
Laboratório	29/08/2018	Ertr 4.6 / Hb: 12.8 / Ht: 37.8 / Lmc: 50.500

TRATAMENTO OFERTADO:

Dieta Oral para Hipertenso
Jelco Hidrolisado
Oxacilina 2g EV de 4/4h
D5
Hidroclorotiazida 25mg, 1cp VO pela manhã
Dipirona 1amp + 18mL AD, EV 6/6h, se dor ou febre
Plasil 1amp + 18ml ED, EV, de 8/8h se Náusea ou Vômito
Glicose 50%, 40ml, EV, bolus, se HGT menor ou igual 70mg/dl. Avisar plantonista
SSVV+CCGG de 6/6 horas
Fisioterapia motora e respiratória

DIAGNÓSTICOS CONFIRMADOS:

- Erisipela em MID

CONDIÇÕES DE ALTA:

Geral: Bom estado geral, Afebril. Mucosas coradas, anictéricas e acianóticas. Mucosas hidratadas.

Hemodinamicamente estável. PA= 130/80mmHg/ FC=74bpm

Exame cardíaco: Ritmo cardíaco regular em 2T. Sem sopros audíveis. Sem turgescência jugular.

Exame pulmonar: Murmúrio vesicular presente, simétrico em ambos hemitórax, sem ruídos adventícios. FR=16ipm.

Exame abdominal: Abdômen Plano, flácido, depressível, indolor à palpação superficial ou profunda. Ruídos hidroaéreos audíveis.

Extremidades: D com edema ++/4+, sem dor, com eritema moderado e calor local.
E sem edema

OBSERVAÇÕES:

- Cefalexina 500mg de 6/6h durante 5 dias
- Hidroclorotiazida 25mg, VO, 1x ao dia pela manhã
- Losartana 50mg, VO, 1x ao dia pela manhã

Aracaju, 31/08/2018

Dra. Laiza Lobato Alves
Médica
CRM/SE 5410

Assinatura/Carimbo



CEMISE

CENTRO DE MEDICINA
INTEGRADA DE SERGIPE

CEMISE

RESSONÂNCIA MAGNÉTICA E
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADACEMISE
VIDA

Centro de Reprodução Humana



NOS

Núcleo de Oncologia de Sergipe
CEMISE & NOS

Cemi

Atend.	2428970	Data	31/07/2017
Nome	EDMILSON NASCIMENTO DOS SANTOS	Hora	10:07
RG	1020503	Idade	46 anos
Méd. Sol.	MAX FRANCO DE CARVALHO	Dt. Nasc.	28/06/1971
Convênio	SESC PARTICULAR		

EXAME:

RAIO-X DO TORNOZELO DIREITO- 2P
LAUDO:

- Osteossíntese no maléolo fibular e extremidade distal da tibia.
- Diminuição do espaço articular tibio tarsico.
- Osteoporose.
- Controle.

OBS.: EXAME DIGITALIZADO.


 Dr(a). MANOEL FABIANO DE CARVALHO - CRM 1027

Obs: O valor diagnóstico do presente exame só é válido quando correlacionado com dados clínicos e outros exames complementares.

Unidades Cemise

cemise.com.br



cemise



cemisemedicina



cemisemedicina

Cemise

 Centro de Medicina Integrada de Sergipe
 Rua Construtor João Alves, 228
 São José - Aracaju/SE
 3304.1000

Cemise

 Ressonância Magnética e Tomografia Computadorizada
 Rua Moacir Rabelo Leite, 138
 São José - Aracaju/SE
 3304.1010

Cemise Vida

 Centro de Reprodução Humana
 Rua Guilhermino Rezende, 238
 São José - Aracaju/SE
 3043.1015

NOS

 Núcleo de Oncologia de Sergipe
 Rua Construtor João Alves, 228
 São José - Aracaju/SE
 3304.1122

 Ce
 Med
 Rua
 São
 33



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HUSE - HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE
GOV. JOÃO ALVES FILHO

SERVIÇO DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA - FONE: (79) 3216-2625

NOME: EDMILSON NASCIMENTO DOS SANTOS
REG: 7315
DATA DE NASCIMENTO: (NÃO CONSTA)
DATA: 25/09/2016
PROCEDÊNCIA:

TOMOGRAFIA DO TORNOZELO DIREITO

Realizados cortes tomográficos axiais do tornozelo, que revelaram:

Nas imagens disponíveis para laudo pudemos observar:

Múltiplos traços de fratura cominutiva em metaepifise tibial distal com deformidade e desalinhamentos ósseos e colabamento da sua superfície articular.
Traço de fratura com desalinhamento ósseo em metáfise fibular.
Aumento de partes moles.

DR. EDISON DE OLIVEIRA FREIRE FILHO
MÉDICO RADIOLOGISTA
CRM 2964



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HUSE - HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE
GOV. JOÃO ALVES FILHO

SERVIÇO DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA - FONE: (79) 3216-2625

NOME: EDMILSON NASCIMENTO DOS SANTOS
REG: 7315
DATA DE NASCIMENTO: (NÃO CONSTA)
DATA: 25/09/2016
PROCEDÊNCIA:

TOMOGRAFIA DO TORNOZELO DIREITO

Realizados cortes tomográficos axiais do tornozelo, que revelaram:

Nas imagens disponíveis para laudo pudemos observar:

Múltiplos traços de fratura cominutiva em metaepifise tibial distal com deformidade e desalinhamentos ósseos e colabamento da sua superfície articular.
Traço de fratura com desalinhamento ósseo em metáfise fibular.
Aumento de partes moles.


DR. EDISON DE OLIVEIRA FREIRE FILHO
MÉDICO RADIOLOGISTA
CRM 2964



CEMISE

CEMISE
Protocolo ao Paciente
RUA CONST. JOAO ALVES, 228
Telefone(s): 3304-1000

Data 31/07/2017
Hora 10:13

Atend.

2428970



Data
Nome
Conta
Guia

31/07/2017 10:07
EDMILSON NASCIMENTO DOS SANTOS
1925979

Código

2428970

32040091

Procedimento
EXAME:

RAIO-X DA ARTICULAÇÃO TIBIO-TARSICA - DIREITO -
2P

Conv.
Código
Atend

SESC PARTICULAR
327364
cledivanialima

Pend

OK

A T E N C A O. RESULTADOS A PARTIR DAS 17:00 hs. Data da Entrega: 04/08/2017

Entrega de resultados somente com apresentação do protocolo ou doc. de identificação com foto do paciente.
Rua Construtor Joao Alves, 228 Bairro Sao Jose CEP 49020-340



CEMISE

CENTRO DE MEDICINA
INTEGRADA DE SERGIPE

CEMISE

RESSONÂNCIA MAGNÉTICA E
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADACEMISE
VIDANOS
Núcleo de Oncologia de Sergipe
CEMISE & NOS

CemiClin

Atend. 2649718
Nome EDMILSON NASCIMENTO DOS SANTOS
RG 1020503 / SSP/SE
Méd. Sol. MANOEL FABIANO DE CARVALHO
Convênio PARTICULAR SESC

Data 07/08/2018
Hora 07:20
Idade 47 anos
Dt. Nasc. 28/06/1971

EXAME:

RAIO-X DO TORNOZELO DIREITO- 2P
LAUDO:

- Osteossíntese tibial e fibular.
- Diminuição do espaço articular tibio-tálico.
- Osteopenia.
- Entesófito no talus.
- Controle.

OBS: EXAME DIGITALIZADO.

Drº MANOEL FABIANO DE CARVALHO
CRM/SE - 102.7 | RADIOLOGISTA
ASSINADO ELETRONICAMENTE

Obs: O valor diagnóstico do presente exame só é válido quando correlacionado com dados clínicos e outros exames complementares.

Unidades Cemise

cemise.com.br



cemise



cemisemedicina



cemisemedicina

Cemise

Centro de Medicina Integrada de Sergipe
Rua Construtor João Alves, 228
São José - Aracaju/SE
3304.1000

Cemise

Ressonância Magnética e Tomografia Computadorizada
Rua Moacir Rabelo Leite, 138
São José - Aracaju/SE
3304.1010

Cemise Vida

Centro de Reprodução Humana
Rua Guilhermina Rezende, 238
São José - Aracaju/SE
3043.1015

NOS

Núcleo de Oncologia de Sergipe
Rua Construtor João Alves, 228
São José - Aracaju/SE
3304.1122

Cemiclin

Medicina Diagnóstica
Rua Bahia, 1175
Siqueira Campos - Aracaju
3304.3050

HOSPITAL URGÊNCIA DE SERGIPE - HUSE/HPM

FICHA DE ATO CIRÚRGICO

PACIENTE: Edmilson Nascimento dos Santos.

DIAGNÓSTICO PRÉ - OPERATORIO: Fx. Pilonar distal D.

CIRURGIA REALIZADA: Osteossíntese pilão

CIRURGIÃO: Dr. Michael

AUXILIARES: Dr. Márcio (MEB) + Dra. Giuliana (MEB)

ANESTESIA: Raqui

ANESTESISTA: Dr. Guilherme.

DIAGNÓSTICO PÓS - OPERATORIO: Acirre

☒ CIRURGIA LIMPA

☐ CIR. POTENCIALMENTE CONTAMINADA

☐ CIRURGIA CONTAMINADA

☐ CIR. INFECTADA

INFECÇÃO PRESENTE À ADMISSÃO? ☐ SIM ☒ NÃO

☐ VIAS AÉREAS SUP. ☐ PULMONAR ☐ URINÁRIA ☐ SNC ☐ TGI
☐ CUTANEO ☐ AP. CARDIO - VASCULAR ☐ OUTROS

DESCRIÇÃO DO ATO CIRÚRGICO

01- Retirada do DDH sob anestesia.

02- Assepsia + antiseptia + colocação de campo estéril.

03- Incisão antero-lateral com dissecção por planos e visualização de fx em fíbula, sendo reduzida e fixado com placa tempo tubular.

04- Incisão sob maldito medial com dissecção por planos + Redução aberta auxiliada por fluoroscopia + fixação interna com parafuso canulado 3.5; placa de suporte e parafuso interfragmentário.

05- fechamento por planos.

06- Curativo oclusivo + Talassologia.

07 - À SCLP.

DATA: 12 / 10 / 2016

Dr. Giuliana Feitosa
CRM 4828
Ortopedia e Traumatologia

Assinatura do Cirurgião

NOME	Rodrigo Nascimento dos Santos			PRONTUÁRIO	
RECEBIDO NA S.O. POR	Equipe			DATA	17/10/16
NÍVEL DE CONSCIÊNCIA	ACORDADO	<input checked="" type="checkbox"/>	SONOLENTO	AGITADO	SALA 12
CIRCULANTE	Circulante		PROCEDÊNCIA	JRA	
ENTRADA S.O.	11:55 h	INÍCIO DA ANESTESIA	12:10 h	INÍCIO DA CIRURGIA	12:10
SAÍDA DA S.O.	15:55 h	FIM DA ANESTESIA		FIM DA CIRURGIA	15:30
CIRURGIÃO	Dr. Michael		1º AUXILIAR	Dr. Jairo (M)	
ANESTESISTA	Dr. Jairo		2º AUXILIAR	Dr. Jairo (M)	
INSTRUMENTADOR			LATERALIDADE	() DIREITA () ESQUERDA () NA	
CIRURGIA PROPOSTA					
CIRURGIA REALIZADA					

TÉCNICA ANESTÉSICA

GERAL VENOSA	GERAL INALATÓRIA	GERAL COMBINADA	GERAL BALANCEADA	<input checked="" type="checkbox"/> RAQUIANESTESIA
PERIDURAL C/ CATETER	PERIDURAL S/ CATETER	<input checked="" type="checkbox"/> SEDAÇÃO	BLOQUEIO DO PLEXO	LOCAL
TUBO ENDOTRAQUEAL () ORAL () NASAL	Nº:	TUBO ARAMADO	Nº:	MÁSCARA LARÍNGEA

ASSEPSIA

<input checked="" type="checkbox"/> PVPI TÓPICO	PVPI ALCOÓLICO	<input checked="" type="checkbox"/> PVPI DEREGMANTE	CLOREXID. ALCOÓLICA	CLOREXID. DEREGMANTE	CLOREXID. AQUOSA
---	----------------	---	---------------------	----------------------	------------------

EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS UTILIZADOS

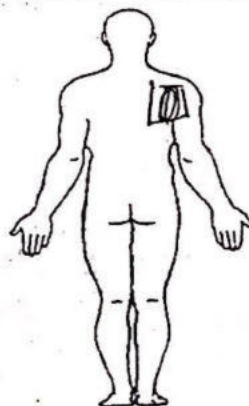
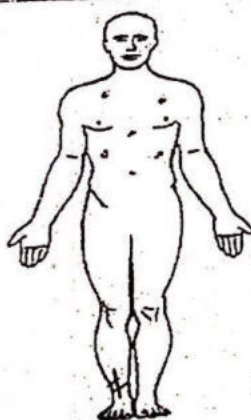
BOMBA DE INFUSÃO	DEFIBRILADOR	MONITOR CEREBRAL (BIS)	INTENSIFICADOR DE IMAGEM	MANTA TÉRMICA	MICROSCÓPIO
FIBROSCÓPIO	<input checked="" type="checkbox"/> MONITOR CARDÍACO	<input checked="" type="checkbox"/> PA (NÃO INVASIVA)	PA (INVASIVA)	<input checked="" type="checkbox"/> OXÍMETRO	CAPNÓGRAFO
<input checked="" type="checkbox"/> FOCO AUXILIAR	<input checked="" type="checkbox"/> FONTE DE LUZ	VIDEOLAPAROSCÓPIO	BRONCOSCÓPIO	OUTROS	

COXINS DE CONFORTO UTILIZADOS

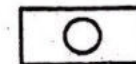
CABEÇA	MSD	MSE	MIE	MID
--------	-----	-----	-----	-----

BISTURI ELÉTRICO

BIPOLAR	MONOPOLAR
---------	-----------



PLACA BISTURI



LOCAL

ELETRODOS

INCISÃO CIRÚRGICA

AVP D E

AVC D E

GASOMETRIA: SIM () NÃO ()

COMPRESSAS

GRANDES

ENTREGUE DEVOLVIDA

PEQUENAS

ENTREGUE DEVOLVIDA

POSIÇÃO DO PACIENTE

DORSAL	VENTRAL	LAT. ESQ	LAT. DIR	CANIVETE	TRENDELEMBURG	LITOTOMIA
--------	---------	----------	----------	----------	---------------	-----------

ELABORADO PELOS ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM DO 7º PERÍODO DA FACULDADE ESTÁCIO/FASE (2014/ 01 E 02) ORIENTADO PELAS PROFESSORAS LUCIANA LÔBO E SÍLVIA SANDES

SONDAS - DRENOS - CÂNULAS														
SNG	Nº:	SNE	Nº:	FOGARTY	Nº:	TRAQUEÓSTOMO	Nº:	GUEDEL	Nº:					
DRENOS	SUCÇÃO			Nº	TÓRAX			Nº	PENROSE			Nº		
	ABDOMINAL			Nº	PIZZER			Nº	KHER			Nº		
	BLAKE			Nº	OUTROS									
PASSAGEM DA SONDA FOLLEY				SEM RESTRIÇÃO				COM RESTRIÇÃO				VIAS		Nº:
FOLLEY	Nº:	FOLLEY SILICONE		Nº	SONDA NELATON (URETRAL)						Nº:			
PASSADA POR					ANATOMO PATOLÓGICO				Nº PEÇAS					
SINAIS VITAIS														
FC (BPM)	105													
SpO2 (%)	99%													
EPCO2 (mmHg)														
PA (mmHg)	150 / 100 mmHg													
PAI (mmHg)														
FR (RPM)														
TEMP (°C)														
ANOTAÇÃO DE ENFERMAGEM														
HORA	REGISTRO										ASSINATURA			
11:55	Paciente admitido em sala em mesa com...													
12:10	Paciente admitido em sala em mesa com...													
12:40	Paciente admitido em sala em mesa com...													
14:37	Paciente admitido em sala em mesa com...													
15:50	Paciente admitido em sala em mesa com...													
15:55	Paciente admitido em sala em mesa com...													
ENCAMINADO PARA:														



SECRETÁRIA DE SAÚDE DO ESTADO DE SERGIPE
SERVIÇO DE ORTOPÉDIA E TRAUMATOLOGIA
PRESCRIÇÕES DIÁRIAS



DATA: 12 / 10 / 2016.

____ ° DIH

NOME: Edmilson Nascimento dos Santos

DIAGNÓSTICO(S): Fratura tibial D

Medicamentos (Princípio ativo + Concentração)	Horários de Administração
1º. Dieta Livre	SND
2º. Gelco Salinizado	Suspensão
3º. Kefazol 1 g EV 8/8hs ou Keflin 1 g EV 6/6hs	20 08 12
4º. Gentamicina 240mg + SF 0,9% 200 ml EV 1x dia SOP	Suspensão
5º. Dipirona 2ml + 8 ml AD EV ou Paracetamol 40gts VO 6/6hs	20 08 12
6º. Nauseidron 8mg EV 08/08hs SOS	SOS
7º. Omeprazol 40mg EV ou VO às 6hs	SOS
8º. Tramal 100mg + 100 ml SF 0,9% EV ou VO 8/8hs	24 08 12
9º. Profenid 100mg + 100ml SF 0,9% EV 12/12hs	22 08 12
10º. Captopril 25mg VO 8/8hs se PAS > 180 mmHg e PAD > 110 mmHg SOS	SOS
11º. Clexane 40mg SC 1 x dia ou Heparina 5000UI SC 2 x dia SOP	Suspensão
12º. Dextro 6/6hs	
13º Insulina Regular SC, após o dextro. 201 – 250: 02UI 251 – 300: 04UI 301 – 350: 06UI 351 – 400: 08UI > ou = 401: 10UI	
14º. Curativos Diários 1 x dia (x) SF 0,9% + Gazes Seca () SF 0,9% + Gazes Algodoadas	
15º SSVV + Cuidados	
16º Sonda de alívio-SOS. Solicitar de controle.	SOS Ciente

#SOP #

18/10/2016 Alb Hospital

Dra. Guiliana Feitosa
CRM/SE 4828
Médica Ortopedia e Traumatologia

Daniel de Almeida
CRM/SE 4828
Médico Ortopedia e Traumatologia

Dra. Guiliana Feitosa
CRM/SE 4828
Médica Ortopedia e Traumatologia

Médica

Nome do Paciente: <u>Edmilson N do S</u>	Idade: _____	Sexo: _____
Unidade de Produção: _____	Leito: _____	Nº do Prontuário: _____

DATA		HORA	HISTÓRICO
			#507 #
17/10/2016			Fr. pilão tibial h's 22d após acidente de moto. Fr. com fôcos osteo- clásicos e bastante aminuís. Nega traumatismo, alergias e comorbidades. Cd: Submetido a artroscopia.
			<i>Dra. Giuliana Feitosa</i> CRM/SE 4828 Médica Ortopedia e Traumatologia
17/10/2016			Pelo Exame físico PO de artroscopia pilão tibial com fratura completa e fratura resposta satisfatória, supressão de fratura, não necessitando de de AUP hospitalar e controle de fratura + fratura. Fratura Repre diurese corrente após procedimento. A 24h Realizado Soroalimento vesical de alívio com êxito, diurese de 1200 ml diurese concentrada.
			<i>Dra. Giuliana Feitosa</i> CRM/SE 4828 Médica Ortopedia e Traumatologia
			#507 #
18/10/2016			Pete queixando-se de dor. FO sem sinais flogísticos, apresentando quantidade moderada de secreção sérica. Cd: Alta Hospitalar.
			<i>Dra. Giuliana Feitosa</i> CRM/SE 4828 Médica Ortopedia e Traumatologia

PACIENTE: **Edmilson Nascimento dos Santos** REGISTRO: _____

UNIDADE: **Exatone pilão tibial direito** MEDICO: _____ LEITO: _____

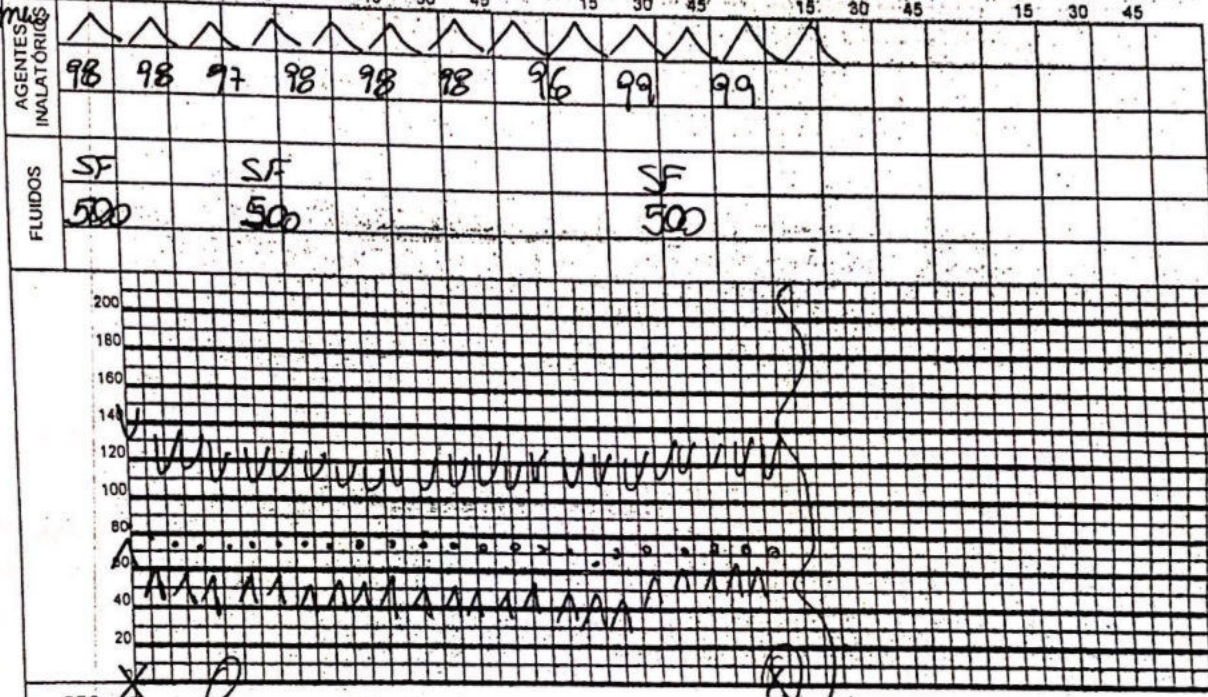
CIRURGIA PROGRAMADA: **Tratamento cirúrgico fratura de pilão tibial (D)** DATA: **17/10/16**

ANESTESIOLOGISTA: **Guillermo Ramirez** TÉCNICA ANESTÉSICA: **Raqui** MEDICAÇÃO PRÉ-ANESTÉSICA: _____

CIRURGIÃO: **Michael Santiago** AUXILIAR: _____ ASA: **II**

HORA DE INÍCIO: **12:40** HORA DE TÉRMINO: **14:50** ACESSO VENOSO: **plco 20** POSIÇÃO: **DDH**

Q JL (mes
Satoz



CEC
OUTROS

MONITORIZAÇÃO		CONDIÇÃO DE ALTA PARA CRPA	
PA NÃO INVASIVA	<input checked="" type="checkbox"/>	PVC	<input checked="" type="checkbox"/>
PA INVASIVA	<input checked="" type="checkbox"/>	TEMPERATURA	<input checked="" type="checkbox"/>
ELETROCARDIOGRAFIA	<input checked="" type="checkbox"/>	DIURESE	<input checked="" type="checkbox"/>
OXIMETRIA	<input checked="" type="checkbox"/>	VENTILAÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/>
CAPNOGRAFIA	<input checked="" type="checkbox"/>	PAM	<input checked="" type="checkbox"/>

AGENTES ANESTÉSICOS		DOSE E DURAÇÃO DE ANTIBIÓTICO/PROFILAXIA	
1) midazolam 7.5mg		NOME: cefazolin 2g	
2) Midazolam 1mg		1ª Dose as: 12:30 horas	
3) Nedocanil 0.5% 100mg		2ª Dose as: _____ horas	
4) morfina 0.1 - NULO		3ª Dose as: _____ horas	
5) Clevidin 60 mg			
6) Dexmedetomidina 10mg			
7) Depirona 10mg			
8) Clotoprideno 100mg			
		OBSERVAÇÕES: Não houve	
		ENFERMEIRO(A) PARA () UTI () UNIDADE	

GRUPO B
HED

Início: **12:40**
Término: **14:35**
Comunicado equipe cirúrgica sobre tempo de portar com: **1h, 1h e 30 min e 1h.**

Raqui: Antessupria, punção entre L3-L4
únea. Não sensível TB.

Dr. Guillermo Ramirez
Anestesiologista
CRM SE 4165

MS/DATASUS

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILA
HUSE HOSPITALAR DE EPIDEMIOLOGIA
HUSENo. DO BE: 1414958
CNS:DATA: 25/09/2016 HORA: 10:58
SETOR: 05-ORTOPEDIA

USUARIO: JSCALAZANS

IDENTIFICACAO DO PACIENTE
 NOME: EDMILSON NASCIMENTO DOS SANTOS
 IDADE: 45 ANOS NASC: 28/06/1971
 ENDereco: RODOVIA EUCOLOGISTA CHICO MENDES
 COMPLEMENTO: 703206677936594 BAIRRO: ZONA DE EXPANSAO
 MUNICIPIO: ARACAJU UF: SE CEP: -
 NOME PAI/MAE: JOSE EVERASTO DOS SANTOS / GILVANDA NASCIMENTO DOS SANTOS
 RESPONSAVEL: GREICIANE NASCIMENTO DOS SANTOS/FILHA
 PROCEDENCIA: MOSQUEIRO TEL: 7998821942
 ATENDIMENTO: TRAUMA
 CASO POLICIAL: NAO
 ACID. TRABALHO: NAO PLANO DE SAUDE: NAO
 VEIO DE AMBULANCIA: NAO TRAUMA: NAO

PA: [X] mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAIO X [] SANGUE [] URINA [] TC
 [] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: ___/___/___

Paciente vítima de acidente de moto
 com trauma no tronco (D).

ANOTACOES DA ENFERMAGEM:

FR:

DIAGNOSTICO:

Fratura de R. L. 12 (D)

CID: S72.3.

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

Rx: fratura de R. L. 12 (D) com afundamento

Rx de pr. @: ml.

① Morfina e R. L. 12 (D)

② Encaminhado p/ H. L. 12 (D)

③ Solu. T.E. pr. - up + Garga pr. - up.

DATA DA SAIDA: 25/9/16

ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO

[] EVASAO

HORA DA SAIDA:

[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

[] DESISTENCIA

INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS

[] FAMILIA

[] IML

[] ANAT. PATOL.

Assinatura do Paciente/Responsável

Assinatura e Carimbo do Médico

HUSE

ELETROCARDIOGRAMA

EXAME(S) REALIZADO(S)

Data: 25/09/16

Horário: 12:30

Técnico: Siqueira + 12 det

HUSE

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA - PS

REGISTRO: 7315

Data: 25/09/2016

Horário: 10:00

Técnico: Pelt

MS/DATASUS

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO HOSPITAL DE EPIDEMIOLOGIA

No. DO BE: 1414958
CNS:DATA: 25/09/2016 HORA: 10:58
SETOR: 05-ORTOPEDIA

USUARIO: JSCALAZANS

IDENTIFICACAO DO PACIENTE
NOME : EDMILSON NASCIMENTO DOS SANTOS DOC...: 1020503
IDADE.....: 45 ANOS NASC: 28/06/1971 SEXO...: MASCULINO
ENDEREÇO.....: RODOVIA EUCOLOGISTA CHICO MENDES NUMERO: 267
COMPLEMENTO....: 703206677936594 BAIRRO: ZONA DE EXPANSAO
MUNICIPIO.....: ARACAJU UF: SE CEP....: -
NOME PAI/MAE...: JOSE EVERASTO DOS SANTOS /GILVANDA NASCIMENTO DOS SANTOS
RESPONSAVEL....: GREICIANE NASCIMENTO DOS SANTOS/FILHA TEL....: 7998821942
PROCEDENCIA...: MOSQUEIRO 5
ATENDIMENTO...: TRAUMA PLANO DE SAUDE.....: NAO TRAUMA: NAO
CASO POLICIAL..: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO
ACID. TRABALHO: NAO

PA: [X] mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAIO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: ___/___/___

*Lesão no tórax com fratura de costela lateral esquerda
com trauma no tórax (1).*

ANOTACOES DA ENFERMAGEM:

FR:

DIAGNOSTICO:

Fratura de costela lateral esquerda (1)

CID: S72.3.

HORARIO DA MEDICACAO

PRESCRICAO

*Rx: fratura de costela lateral esquerda (1) com apendicite
(1) Monitorar e tratar a dor
(2) Encaminhado para fisioterapia
(3) Solicitar T.C. pré-op + Gesso pré-op.*

HORA DA SAIDA: :
[] DESISTENCIADATA DA SAIDA: 25/9/16 [] A PEDIDO [] EVASAO
ALTA: [] DECISAO MEDICA [] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO
INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):
OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS [] FAMILIA [] IML [] ANAT. PATOL.ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL
Greiciane N. dos Santos

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

HUSE
ELETROCARDIOGRAMA
EXAME(S) REALIZADO(S)
Data: 25/09/16
Horário: 12:30
Técnico: *Sergio + 10 de*

HUSE
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA - PS
REGISTRO: 7315
Data: 25/09/2016
Horário: 10:00
Técnico: *Pelt*

Interno paciente

CONDUTA / PRESCRIÇÃO:		HORÁRIO	RUBRICA ENFERMAGEM
Rx: 1) Iglexone, 40 mg, sc (suspenso).			
2) Clindamicina, 600 mg, IV, 8/8h.		18:10	Katia
3) SF 0,9%, 500 ml IV, lento (ocaso).			
4) AMG + fucion intravenosa			
PA 130x75 FC 114 FR 20. Sat 99%AA			
EXAMES SOLICITADOS:			
PARECER:			
DESTINO DO PACIENTE:			
<input type="checkbox"/> RETORNO AO CONSULTÓRIO MÉDICO <input type="checkbox"/> INTERNAÇÃO HOSPITALAR <input type="checkbox"/> ENCAMINHAMENTO: _____ HORA ____ <input type="checkbox"/> TRANSFERÊNCIA: _____ HORA ____ <input type="checkbox"/> EVASÃO		<input type="checkbox"/> ALTA <input type="checkbox"/> OBSERVAÇÃO <input type="checkbox"/> ALTA COM ORIENTAÇÃO <input type="checkbox"/> ÓBITO	

R1300130007

Neide Santos

Página: 2 de 2

Data e Hora: 25/08/2018 16:46

Empresa: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ARACAJU
 CNPJ: 11.718.406/0001-20
 Recurso: PRONTO ATENDIMENTO - FERNANDO FRANCO

FA		CONTA 710734		Data de Atendimento 25/08/2018 16:46:00	
IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE					
NOME: Edmilson Nascimento dos Santos		IDADE REAL: 47 ANO(S)		RG: 1020503	
DATA NASCIMENTO: 28/06/1971		ENDEREÇO: Avenida ECOLOGISTA CHICO MENDES		PRONTUARIO: 3568	
BAIRRO: Mosqueiro		MUNICÍPIO: Aracaju		SEXO: MASCULINO	
ESTADO CIVIL: Solteiro(a)		CEP: 49000000		CNS:	
NOME DA MÃE: Gilvanda Nascimento dos Santos		PROFISSÃO:		COMPLEMENTO:	
TELEFONE RES:		NOME DO PAI:		ESTADO: Sergipe	
PAIS DE ORIGEM:		TELEFONE CEL: (79) 98864-909		NATURALIDADE:	
RESPONSÁVEL: Edmilson Nascimento dos Santos		PARENTESCO: 99561-5536		ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL	
TIPO DE ATENDIMENTO: CONSULTA SEM TRIAGEM		ESPECIALIDADE: CLINICA MEDICA			
PROCEDÊNCIA: RESIDENCIA					
INFORMAÇÃO DO CONVÊNIO					
CONVENIO: SUS / SUS		EMPRESA:		CARENCIA:	
MATRÍCULA:		GUIA:		SENHA:	
PREENCHIMENTO PELO PROFISSIONAL - ENFERMAGEM					
QUEIXA PRINCIPAL E DURAÇÃO: MID edematoso + hinchado + dor + tosse produtiva				Tº: G.I.	
ALERGIA: NÃO () SIM QUAL?				FC: PA: 56 x 80	
MEDICAÇÃO EM USO: ceftriaxona (entem) + clonazepam (entem) + hidro.				FR: SATO2:	
CLASSIFICAÇÃO DE RISCO: () VERMELHO () LARANJA () AMARELO () VERDE () AZUL				ALT: PESO:	
ANTECEDENTES CLINICOS: () HOM () HAS () GESTANTE				CINT: QUAD:	
() OUTROS: QUAL?				IMC: RCE:	
L. hipertensão				MCA: RCQ:	
PREENCHIMENTO PELO PROFISSIONAL				ENFERMEIRO/HORA 16:51	
HDA: QPD: edema em perna direita.				Luaná Palma Enfermeira	
HDA: refere mal estar, febre, dor em MID. Refere corte em Membros afetados há 15 dias. Refere ter tomado ceftriaxona entem porém houve aumento do edema. Refere ainda linfonos em região inguinal.				CURR/SE 507.682	
Quanto Refere inapetência, astenia.					
EXAME FÍSICO:					
BEG, LAR, linfonos, corado.					
MID: hiperemia, edema					
AD: erinçola.					

R1300130007 Neide Santos

Página: 1 de 2

Data e Hora: 25/08/2018 16:46



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

HOSPITAL MUNICIPAL DESEMBARGADOR FERNANDO FRANCO - ZONA SUL	EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM
--	-----------------------------------

PACIENTE:	IDADE:
DATA: 26/08/18	CLÍNICA:
	SEXO:

HISTÓRICO
07:00 Paciente admitido no setor, estado consciente, orientado. Em uso de AV P em MSD em reabilitação. Sem sinais de desidratação ou desidratação. Tensão arterial 65/40.
07:00 Paciente no leito calmo, orientado, verbalizando. Em uso de AV P em MSD em reabilitação. Sem sinais de desidratação ou desidratação. Tensão arterial 65/40.
08:00 Encaminhado ao bloco de cirurgia com acompanhamento. Tensão arterial 65/40.
10:00 Medida SSVV: PA: 135x78 mmHg, FC: 111 bpm, Sat 98%. Tax. 37,3°C.

CONTROLE DOS SINAIS VITAIS							HRS		
HORÁRIO	PRESSÃO	GLICEMIA	TE FC	SAT O2	FR	TEMP	DIURESE	PERDAS	GANHOS
10:00	135x78		111	98		37,3			
12:00	130x80		103 bpm			37,5			
14:00	130x80	114	87	-	-	37,2	++		
16:00	130x80		-			37,2			

SOLICITADO	EXAMES:
	TRANSFERÊNCIA:

PREENCHIMENTO DE DUSV-ENFERMARIA REALIZADO AS ___/___ HRS.

OBS:

—>
Unas

Prescrição Médica e Procedimentos de Enfermagem

UPA ZONA SUL - DES. FERNANDO FRANCO



PREFEITURA DE
ARACAJU
RECONSTRUINDO A QUALIDADE DE VIDA

OME: Edmilson Nascimento dos Santos

IDADE: 47anos

SEXO: M

ENF: OBA

LEITO: 02

27/08/18

Admissão: 25/08/18

Lista de problemas:

1. Erispela em MID
2. Cirurgia ortopédica há +/- 2 anos
3. HAS, Nega DM ou Alergias conhecidas

EVOLUÇÃO:

Paciente admitido com relato de trauma com objeto perfurante em MID evoluindo com eritema, edema, calor, febre e linfonodomegalia inguinal ipsilateral. Fez uso de amoxicilina sem sucesso. Cirurgia ortopédica há +/- 2 anos. No momento estável, sem queixas. Refere involução do edema em cerca de 30-40% nas últimas 48h. Homans negativo, panturrilhas livres. Evacuações e diurese preservadas e sem alterações

Ao exame físico: BEG, eupneico, AAA, normocorado e hidratado

PA: 140x70 mmHg / FC: 80 / FR: 16/ SaO2: 98%

aa

AR: MV + AHT, sem RA

ACV: RCR 2T BNF S/S A

ABD: FLACIDO, indolor RHA + EXT: EDEMA, CALOR E RUBOR EM MID

CD:

VP

Transferência para Enf Clínica Médica HC

DATA	PRESCRIÇÃO MÉDICA E DIETA	1º TURNO	2º TURNO	3º TURNO
27/08/18	1. Dieta Oral p/ HAS			
	2. SFO, 9 % 500ml EV 8/8H	14	505	14
D1	3. Oxacilina 2g EV 4/4H	12	18	20 24 04 08
	4. Ranitidina 1 amp + 18ml 12/12H EV		18	08
	5. Hidroclorotiazida 25mg 1 cp VO pela manhã			22
	6. Cetoprofeno 1FA + 100ml sfo, 9% EV 12/12hrs			
	7. Dipirona 1 amp + 18ml AD EV 6/6H SOS			
	8. Plasil 1 amp + 18ml AD 8/8H SOS			
	9. Clexane 40mg OU HNF 5000 SC 12/12H	18	505	22
	10. HGT 12/12H		18	06
	11. Glicose 50% 4 amp, EV, bolus, se HGT ≤ 70 mg/dl. Avisar Plantonista			
	12. Insulina Regular, SC, conforme HGT e esquema: 200-250: 2UI; 251-300: 4UI; 301-350: 6UI; 351-400: 8UI; > 400: 10UI			505
	13. Estimular Deambulação			14:00
	14. SSVV + CCGG de 6/6H	12	18	24

Dr. Jorge Eduardo Guimarães R.F.
CRM-AL 2409
CRM-SE 5173

Dr. Paulo Roberto
CRM-AL 2409
CRM-SE 5173



GOVERNO DE SERGIPE
SISTEMA INTERFEDERATIVO DE GARANTIA DE ACESSO UNIVERSAL - SIGAU
COMPLEXO REGULATÓRIO DE SAÚDE DO ESTADO
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE LEITOS
DOCUMENTO ÚNICO PARA SOLICITAÇÃO DE VAGAS EM ENFERMARIA-DUSV E

NOME DO PACIENTE: Edmilson Nascimento dos Santos DATA DE ADMISSÃO: 25/08/18
NOME DA MÃE: Glândia Nascimento dos Santos DATA DE NASCIMENTO: 28/06/1971
ENDEREÇO: Av. Ezequias Chico Mendes, B. Marquino nº 686 IDADE: 47a
CNS: PLANO DE SAÚDE: SUS ESTADO: SE
NATURALIDADE: Araújo MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA: Araújo
TELEFONE PARA CONTATO: (79) 958 6489 REGIÃO DE SAÚDE: 03

UNIDADE PRODUTIVA: PRONTO SOCORRO ÁREA AZUL () ÁREA VERDE ()
OUTROS: Obscuração

QUEIXA PRINCIPAL E DURAÇÃO:

Dor e edema em membro inferior direito

HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL:

Paciente apresenta histórico de trauma com objeto penetrante
fibre, de pequena extensão há aproximadamente 15 dias com edema de
di intensidade, edema de membro inferior direito, dor local e dor
mesmo em uso de analgésico ambulatorial e seguimento em
tendão de regulação inguinal ipsilateral. No momento de início, início
significativo, febre e náuseas. AC: RR, 27, 30 FOS AP MVT de seu
ASD. Início

ANTECEDENTES PESSOAIS E COMORBIDADES:

HAS

Min D. Puro+, edema 2+/4, rubor
calor ao toque, sem imposição
de pontuações (livres)

RESUMO DOS RESULTADOS DE EXAMES GRÁFICOS E POR IMAGEM (ANEXAR CÓPIAS DOS RESULTADOS E LAUDOS)

Não realizados

RESUMO DE AVALIAÇÕES DOS ESPECIALISTAS (ANEXAR CÓPIAS DE LAUDOS E/OU AVALIAÇÕES)

Não há mais segu.

RESUMO DA TERAPÊUTICA INSTITUÍDA E RESULTADOS

Apime 2g ES de 08/08/18 de
Hidrocort
Sintomáticos



GOVERNO DE SERGIPE
SISTEMA INTERFEDERATIVO DE GARANTIA DE ACESSO UNIVERSAL - SIGAU
COMPLEXO REGULATÓRIO DE SAÚDE DO ESTADO
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE LEITOS
FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DUSV ENFERMARIA

UNIDADE SOLICITANTE: H25
NOME DO PACIENTE: Edmilson Noronho da Silva
NOME DA MÃE: Gloriana Noronho da Silva
ENDEREÇO: Av. Euzébio de Almeida, nº 686 - B. Marquês
CNS: 403206677936594 PLANO DE SAÚDE:
NATURALIDADE: ARAUJO
TELEFONE PARA CONTATO: (79) 9088 6499
MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA: ARAUJO-SE
DATA DE ADMISSÃO: 25/08/18
DATA DE NASCIMENTO: 28/06/71
IDADE: 47A
PESO: SE
ESTADO:

DIAGNÓSTICO INICIAL: Principela em MID

ATAUZIÇÃO DA HISTÓRIA CLÍNICA

Segue estável, Espmico, apnéu, reflexos mltos do sistema do MID em arco de 30-40%.

Bom controle posicional, Apnéu na última 24h.

Evacuação e diurese (+) sem alterações.

Feito bem visto Oral.

MV (+) AHT 4RA. ; RCR 2T BN FAISA

Ext. Pulsos amplos e rítmicos. MID: flacido, color e volume.

Posturalidade Lm. Normom (-).

PARÂMETROS CLÍNICOS E LABORATORIAIS

PRESSÃO ARTERIAL	SATURACÃO DE O2	FREQUÊNCIA CARDÍACA	FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA	GLUCEMIA	URÉIA	CREATININA
140/70	97%	88	18	105	39	1.1
HEMOGLOBINA	LEUCÓCITOS	POTÁSSIO	LACTATO	HCO3	pH	PCO2
12.0	15200	4.2	0	0	0	0
BASE EXCESS	VOLUME URINÁRIO NAS ÚLTIMAS 24h					
0	0					

Médico Solicitante

Data: 28/08/18

Assinatura:

Hora: 10:45

Carimbo:

COPYRIGHT. SISTEMA INTERFEDERATIVO DE GARANTIA DE ACESSO UNIVERSAL. COMPLEXO REGULATÓRIO DE SAÚDE DO ESTADO. REPRODUÇÃO SOMENTE AUTORIZADA POR ESCRITO. 2017

Dr. Jorge Eduardo Guimarães R. F.
Médico
CRM-AL 7409
CRM-SE 5713



Fundação de Beneficência Hospital de Cirurgia
Residência Médica – Clínica Médica

Resumo de Alta

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: Edmilson Nascimento dos Santos	
Registro: 1048685	Idade: 47 anos
Data de admissão: 28/08/2018	Data de alta: 31/08/2018

ANAMNESE:

OPD na admissão: Inchaço importante em perna direita

HDA: Paciente deu entrada nesta unidade de saúde encaminhado da UPA zona sul, onde ficou internado por 4 dias devido a uma quadro súbito de edema ++++/4+ em membro inferior direito, associado a dor de forte intensidade, eritema e aumento da temperatura no local, além disso apresentou febre. Conta que esses sintomas tiveram início 24h após um corte no pé direito quando estava pescando em um riacho.

Medicamentos em uso na admissão:

Oxacilina 2g de 4/4h

Antecedentes pessoais:

Cirurgia ortopédica em membro inferior direito há 2 anos

Fumante por 15 anos

Etilista por 20 anos

Modo de vida:

Sedentário

Antecedentes familiares:

Mãe falecida com diagnóstico de CA de intestino, além de HAS crônica

Exame físico da Admissão:

Geral: Paciente deitado no leito, em bom estado geral, contactante e colaborativo com examinador. Sem febre no momento da avaliação, Nega náuseas e vômitos.

Ao exame físico BEG, AAA, Afebril, Corado, Hidratado.

Couro cabeludo íntegro.

Olhos: pupilas isocóricas, mucosas coradas.

Ouvido: sem alterações.

Cavidade nasal: sem alterações.

Linfonodos cervicais não palpáveis.

ACV: BRNF em 2T sem sopros.

PARÂMETROS CLÍNICOS E LABORATORIAIS						
PRESSÃO ARTERIAL	SATURAÇÃO DE O ₂	FREQUÊNCIA CARDÍACA	FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA	GLUCEMIA	UREIA	CREATININA
130x70	99% PA	104	20	125	39	1,1
HEMOGLOBINA	LEUCÓCITOS	POTÁSSIO	USO DE O ₂ : NÃO () SIM ()	SECRETIVO: SIM () NÃO ()	INTUBADO: SIM () NÃO ()	COLAR CERVICAL: SIM () NÃO ()
12,9	13.800	4,2	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

INFORMAÇÕES CLÍNICAS ADICIONAIS						
DOENÇA CRÔNICA AVANÇADA: SIM/NÃO	INSUFICIÊNCIA CARDÍACA: SIM/NÃO	ALIMENTAÇÃO ORAL: SIM () NÃO () NPT () GTT ()	ISOLAMENTO: SIM () RESP () CONTATO: NÃO ()	INSUF. RENAL: SIM/NÃO	ANTIBIÓTICOS: DIAS DE USO (Dx)	ESCALA DE COMA DE GLASGOW: AO/MRV/MRM
					cefepime	NÃO

MOTILIDADE			
DEAMBULA	CADEIRANTE	ACAMADO	OUTROS
Sim	x	x	x

HIPÓTESE(S) DIAGNÓSTICA(S)

Erisipela em membro inferior direito

MOTIVO DA SOLICITAÇÃO

Internação hospitalar.

É VEDADO AO MÉDICO

Art. 35. Exagerar a gravidade do diagnóstico ou do prognóstico, complicar a terapêutica ou exceder-se no número de visitas, consultas ou quaisquer outros procedimentos médicos.

Art. 41. Parágrafo único. Nos casos de doença incurável e terminal, deve o médico oferecer todos os cuidados paliativos disponíveis sem empreender ações diagnósticas ou terapêuticas inúteis ou obstinadas, levando sempre em consideração a vontade expressa do paciente ou, na sua impossibilidade, a de seu representante legal.

Médico Solicitante		NIR	
Data: 26/08/19	Assinatura: <i>Daiana Andrade</i>	Data:	Hora:
Hora: 10:30	Carimbo: Daiana Lourdes Andrade Médica CRM 5255 / SE	Responsável:	

Médico do NIR		CRL (RECEBIMENTO)	
Data:	Assinatura:	Data:	Hora:
Hora:	Carimbo:	Responsável:	

CRL (Autorização)	
Data:	Hora:
MR:	
Código:	
Assinatura:	

ATENÇÃO

A primeira solicitação deverá ser enviada à Central de Regulação de Leitos através do DUSV Enfermaria devidamente preenchido no máximo 03 horas a partir da data e hora da solicitação.

As atualizações dar-se-ão a cada 24 horas a partir da primeira solicitação e deverão ser registradas em Formulário de informações complementares e enviadas à Central e Regulação de Leitos, cumprindo o mesmo prazo definido no item anterior.

Este DUSV UTI terá validade máxima de 03 dias a partir da data da primeira solicitação.

DUSV UTI. 2017. COPYRIGHT SIGAU. COMPLEXO REGULADORIO DE SAÚDE. REDE ESTADUAL DE SAÚDE.


Daiana Andrade
 Médica
 CRM 5255 / SE

CM

RESULTADO DE EXAME

NOME: EDILSON N. DOS SANTOS DATA: 25.08.18

BIOQUÍMICA	VALORES	REFERÊNCIA	COAGULAÇÃO	HEMATOLOGIA
GLICEMIA:		60-100 MG/DL	TS:	HEMÁCIAS: <u>4.3</u>
URÉIA:	<u>39</u>	15-45 MG/DL		HEMOGLOBINA: <u>12.9</u>
CREATININA:	<u>1.1</u>	<1,2 MG/DL	PLAQUETAS:	HEMATOCRITO: <u>38%</u>
BILIRRUBINA TOTAL:		Até 1,2 MG/DL	<u>267.000</u>	VCM: <u>90</u>
BILIRRUBINA DIRETA:		Até 0,4 MG/DL	TP:	HCM: <u>30</u>
BILIRRUBINA INDIRETA:		-		CHCM: <u>33</u>
PROTEÍNAS TOTAIS:		6,0-8,0 MG/DL	INR:	LEUCOCITOS: <u>13.800</u>
ALBUMINA:		3,5-5,5 MG/DL		BASTONETE: <u>00</u>
GLOBULINA:		-	TTPA:	SEGMENTADO: <u>84</u>
SÓDIO:		135-145 MEQ/DL		EOSINOFILO: <u>03</u>
PÓTASSIO:		3,5-5,5 MEQ/DL	OBS:	LINFOCITO: <u>07</u>
MAGNÉSIO:		1,5-2,5 MG/DL		MONOCITO: <u>06</u>
CÁLCIO:		8,8-11,0 MG/DL	EXAME DE URINA:	
F. ALCALINA:		Criança: 75-390 Adulto: 27-100	VOLUME:	PROTEÍNAS:
LDH:		200-480 U/L	DENSIDADE:	CORPOS CETONICOS:
CPK:		Homem: Até 189 Mulher: Até 155	COR:	GLICOSE:
CKMB:		0-24 U/L	ASPECTO:	UROBLINA:
TGO(AST):		Homem: Até 39 Mulher: Até 37	PH:	AC. BILLIARES:
TGP(ALT):		Homem: Até 39 Mulher: Até 37	AC. ASCÓRBICO:	NITRITO:
AMILASE:		Homem: 20-160U/L Mulher: 20-160U/L	SANGUE:	LEUCOCITOS:
LIPASE:		ATE 18 U/L	EXAME MICROSCÓPICO	
GAMA GT:		Homem: 08-61U/L Mulher: 05-36 U/L		
BETA hcg		NEGATIVO		



**HOSPITAL MUNICIPAL
DESEMBARGADOR FERNANDO
FRANCO - ZONA SUL**

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

IDADE: 47 anos

SEXO: Masculino

HISTÓRICO

DATA: 20/08/17

HISTORICO

10:30 No leito, consciente, orientado, epineico em ar ambiente. Afefref., normotenso, taquicardico. Apresentando edema + rubor em MIB com erisipela. Em uso de A/P em 1/50. Segue p/ queixas e aos cuidados do equipe plantar.

380742

12.10 Administração SOS Dipirona, (po) dige 38,6°C.

15:00 Administração de medicação de controle contínuo - Tor. Bloem
one prescrição médica. 12 - 14 - 16 - 18 - 20 - 22 - 24 - 26 - 28 - 30 - 32 - 34 - 36 - 38 - 40 - 42 - 44 - 46 - 48 - 50 - 52 - 54 - 56 - 58 - 60 - 62 - 64 - 66 - 68 - 70 - 72 - 74 - 76 - 78 - 80 - 82 - 84 - 86 - 88 - 90 - 92 - 94 - 96 - 98 - 100 - 102 - 104 - 106 - 108 - 110 - 112 - 114 - 116 - 118 - 120 - 122 - 124 - 126 - 128 - 130 - 132 - 134 - 136 - 138 - 140 - 142 - 144 - 146 - 148 - 150 - 152 - 154 - 156 - 158 - 160 - 162 - 164 - 166 - 168 - 170 - 172 - 174 - 176 - 178 - 180 - 182 - 184 - 186 - 188 - 190 - 192 - 194 - 196 - 198 - 200 - 202 - 204 - 206 - 208 - 210 - 212 - 214 - 216 - 218 - 220 - 222 - 224 - 226 - 228 - 230 - 232 - 234 - 236 - 238 - 240 - 242 - 244 - 246 - 248 - 250 - 252 - 254 - 256 - 258 - 260 - 262 - 264 - 266 - 268 - 270 - 272 - 274 - 276 - 278 - 280 - 282 - 284 - 286 - 288 - 290 - 292 - 294 - 296 - 298 - 300 - 302 - 304 - 306 - 308 - 310 - 312 - 314 - 316 - 318 - 320 - 322 - 324 - 326 - 328 - 330 - 332 - 334 - 336 - 338 - 340 - 342 - 344 - 346 - 348 - 350 - 352 - 354 - 356 - 358 - 360 - 362 - 364 - 366 - 368 - 370 - 372 - 374 - 376 - 378 - 380 - 382 - 384 - 386 - 388 - 390 - 392 - 394 - 396 - 398 - 400 - 402 - 404 - 406 - 408 - 410 - 412 - 414 - 416 - 418 - 420 - 422 - 424 - 426 - 428 - 430 - 432 - 434 - 436 - 438 - 440 - 442 - 444 - 446 - 448 - 450 - 452 - 454 - 456 - 458 - 460 - 462 - 464 - 466 - 468 - 470 - 472 - 474 - 476 - 478 - 480 - 482 - 484 - 486 - 488 - 490 - 492 - 494 - 496 - 498 - 500 - 502 - 504 - 506 - 508 - 510 - 512 - 514 - 516 - 518 - 520 - 522 - 524 - 526 - 528 - 530 - 532 - 534 - 536 - 538 - 540 - 542 - 544 - 546 - 548 - 550 - 552 - 554 - 556 - 558 - 560 - 562 - 564 - 566 - 568 - 570 - 572 - 574 - 576 - 578 - 580 - 582 - 584 - 586 - 588 - 590 - 592 - 594 - 596 - 598 - 600 - 602 - 604 - 606 - 608 - 610 - 612 - 614 - 616 - 618 - 620 - 622 - 624 - 626 - 628 - 630 - 632 - 634 - 636 - 638 - 640 - 642 - 644 - 646 - 648 - 650 - 652 - 654 - 656 - 658 - 660 - 662 - 664 - 666 - 668 - 670 - 672 - 674 - 676 - 678 - 680 - 682 - 684 - 686 - 688 - 690 - 692 - 694 - 696 - 698 - 700 - 702 - 704 - 706 - 708 - 710 - 712 - 714 - 716 - 718 - 720 - 722 - 724 - 726 - 728 - 730 - 732 - 734 - 736 - 738 - 740 - 742 - 744 - 746 - 748 - 750 - 752 - 754 - 756 - 758 - 760 - 762 - 764 - 766 - 768 - 770 - 772 - 774 - 776 - 778 - 780 - 782 - 784 - 786 - 788 - 790 - 792 - 794 - 796 - 798 - 800 - 802 - 804 - 806 - 808 - 810 - 812 - 814 - 816 - 818 - 820 - 822 - 824 - 826 - 828 - 830 - 832 - 834 - 836 - 838 - 840 - 842 - 844 - 846 - 848 - 850 - 852 - 854 - 856 - 858 - 860 - 862 - 864 - 866 - 868 - 870 - 872 - 874 - 876 - 878 - 880 - 882 - 884 - 886 - 888 - 890 - 892 - 894 - 896 - 898 - 900 - 902 - 904 - 906 - 908 - 910 - 912 - 914 - 916 - 918 - 920 - 922 - 924 - 926 - 928 - 930 - 932 - 934 - 936 - 938 - 940 - 942 - 944 - 946 - 948 - 950 - 952 - 954 - 956 - 958 - 960 - 962 - 964 - 966 - 968 - 970 - 972 - 974 - 976 - 978 - 980 - 982 - 984 - 986 - 988 - 990 - 992 - 994 - 996 - 998 - 1000 - 1002 - 1004 - 1006 - 1008 - 1010 - 1012 - 1014 - 1016 - 1018 - 1020 - 1022 - 1024 - 1026 - 1028 - 1030 - 1032 - 1034 - 1036 - 1038 - 1040 - 1042 - 1044 - 1046 - 1048 - 1050 - 1052 - 1054 - 1056 - 1058 - 1060 - 1062 - 1064 - 1066 - 1068 - 1070 - 1072 - 1074 - 1076 - 1078 - 1080 - 1082 - 1084 - 1086 - 1088 - 1090 - 1092 - 1094 - 1096 - 1098 - 1100 - 1102 - 1104 - 1106 - 1108 - 1110 - 1112 - 1114 - 1116 - 1118 - 1120 - 1122 - 1124 - 1126 - 1128 - 1130 - 1132 - 1134 - 1136 - 1138 - 1140 - 1142 - 1144 - 1146 - 1148 - 1150 - 1152 - 1154 - 1156 - 1158 - 1160 - 1162 - 1164 - 1166 - 1168 - 1170 - 1172 - 1174 - 1176 - 1178 - 1180 - 1182 - 1184 - 1186 - 1188 - 1190 - 1192 - 1194 - 1196 - 1198 - 1200 - 1202 - 1204 - 1206 - 1208 - 1210 - 1212 - 1214 - 1216 - 1218 - 1220 - 1222 - 1224 - 1226 - 1228 - 1230 - 1232 - 1234 - 1236 - 1238 - 1240 - 1242 - 1244 - 1246 - 1248 - 1250 - 1252 - 1254 - 1256 - 1258 - 1260 - 1262 - 1264 - 1266 - 1268 - 1270 - 1272 - 1274 - 1276 - 1278 - 1280 - 1282 - 1284 - 1286 - 1288 - 1290 - 1292 - 1294 - 1296 - 1298 - 1300 - 1302 - 1304 - 1306 - 1308 - 1310 - 1312 - 1314 - 1316 - 1318 - 1320 - 1322 - 1324 - 1326 - 1328 - 1330 - 1332 - 1334 - 1336 - 1338 - 1340 - 1342 - 1344 - 1346 - 1348 - 1350 - 1352 - 1354 - 1356 - 1358 - 1360 - 1362 - 1364 - 1366 - 1368 - 1370 - 1372 - 1374 - 1376 - 1378 - 1380 - 1382 - 1384 - 1386 - 1388 - 1390 - 1392 - 1394 - 1396 - 1398 - 1400 - 1402 - 1404 - 1406 - 1408 - 1410 - 1412 - 1414 - 1416 - 1418 - 1420 - 1422 - 1424 - 1426 - 1428 - 1430 - 1432 - 1434 - 1436 - 1438 - 1440 - 1442 - 1444 - 1446 - 1448 - 1450 - 1452 - 1454 - 1456 - 1458 - 1460 - 1462 - 1464 - 1466 - 1468 - 1470 - 1472 - 1474 - 1476 - 1478 - 1480 - 1482 - 1484 - 1486 - 1488 - 1490 - 1492 - 1494 - 1496 - 1498 - 1500 - 1502 - 1504 - 1506 - 1508 - 1510 - 1512 - 1514 - 1516 - 1518 - 1520 - 1522 - 1524 - 1526 - 1528 - 1530 - 1532 - 1534 - 1536 - 1538 - 1540 - 1542 - 1544 - 154

me prescrição medica
16:00 - Arida SSVV: PA 129x74 mm Hg, FC 96 bpm, Sat
98%, Tax 37°C.

98%, Tar 37°C. ————— " ————— "
Adm. medicapăi de herario conforme prescripăi
merica. ————— " ————— " ————— Teclima

[illegible]

CONTROLE DOS SINAIS VITAIS

HRS

[illegible]

SOLICITADO

EXAMES:

TRANSFERÊNCIA:

PREENCHIMENTO DE DUSV-ENFERMARIA REALIZADO AS ____/____ HRS.

OBS:

2h Verificados sinais vitais conforme prescrição.
alca. Guarany - 23065017

13:00 h. Administrado medicamento E/O de acordo com
fórmula prescrita médica.

Patricia S. Souza
Téc. Enfermagem
COREN-SE 682.578

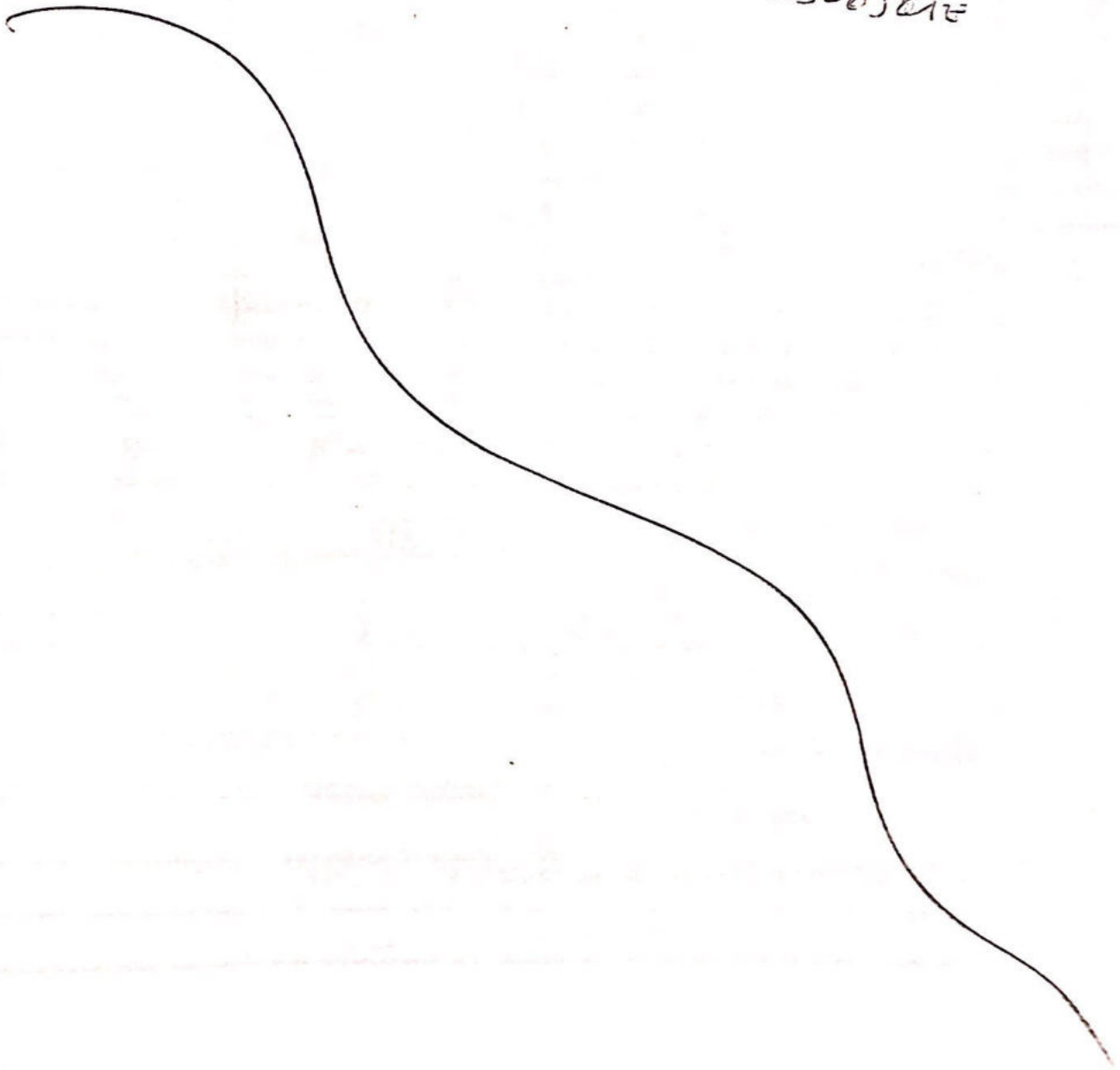
27/03/18
24:00 h. Apurado glicemia capilar de horário. Resultados
satisfatórios com SF 0,3% soro.

Patricia S. Souza
Téc. Enfermagem
COREN-SE 682.578

6h Verificados SSVV + NGT - P.A. = 150/90

TA = 37,9°C, 112 mg/dl

Guarany - 23065017





ARACAJU

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

HOSPITAL MUNICIPAL
DESEMBARGADOR FERNANDO
FRANCO - ZONA SUL

EVOLUÇÃO MEDICA

PACIENTE: Edmundo V. de S. Costa
DATA: 26/08/18 CLÍNICA: JBA

IDADE: 47a
SEXO: M

HISTÓRICO

#1-214#

Paciente admitido com melioidose. Admite a dor em M.O.
da coxa com presença de uma importante de membro apical
T. taxa média de glicose em jejum a 140 e 160 mg/dl.
DO 430.20 FC 114 FR 20 Sat 99% AA. Lau B PCO
DO: Sina de fôcos cutâneos / Eriçipela /
DO: Sintomas pulmonares

com uso ATB parenteral

Dr. André Pinheiro C. Pereira
CRM-SE 5490

Medicamentos prescritos.

27/08/2018 Infecção

Trata-se de melioidose por moritella - melhor abertura
de fôcos de D / não vejo fôcos de risco de infecção
de pseudomonas
é a disposição

(79) 99111373



ARACAJU

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

HOSPITAL MUNICIPAL
DESEMBARGADOR FERNANDO
FRANCO - ZONA SUL

participação
**EVOLUÇÃO DE
ENFERMAGEM**

PACIENTE: *Edmilson Nascimento dos Santos* IDADE: 47 *an*
DATA: 27.08.18 CLÍNICA: OBA SEXO: M

HISTÓRICO

07:00 - Paciente em repouso, calmo, orientado, sem queixas no momento. Em uso de medicação em M.S.D. Segue aos cuidados da equipe. *Dr. Fernando Custina*
08:00 - Administração hidrolorolizada. Etipirina conforme prescrição médica. *Dr. Fernando Custina*
09:00 - SHIP 5. *Dr. Fernando Custina*
10:00 - Administração Etipirina e MNF 5000 conforme prescrição médica. *Dr. Fernando Custina*
12:00 - Administração oxacilina conforme prescrição médica. *Dr. Fernando Custina*
16:00 - Administração oxacilina 3g EV conforme prescrição médica. *Dr. Fernando Custina*
18:00 - *Dr. Fernando Custina*

CONTROLE DOS SINAIS VITAIS / HRS

HORÁRIO	PRESSÃO	GLICEMIA	TC FC	SAT O2	FR	TEMP	DIURESE	PERDAS	GANHOS
12:00	122x75	93	85	-	-	36,9°C	+		
18:00	126x80	113	85	98%		36,5°C	++		
24:00	150x94	105	85	99%			+		

SOLICITADO EXAMES:

TRANSFERÊNCIA:

PREENCHIMENTO DE DUSV-ENFERMARIA REALIZADO AS ____ / ____ HRS.

OBS:

Dr. Fernando Custina
Médico
Mar 11/18
Hosp 1428

Dr. Fernando Custina
COREN-SE 773192 TE.

Prescrição Médica e Procedimentos de Enfermagem

UPA ZONA SUL – DES. FERNANDO FRANCO



PREFEITURA DE
ARACAJU
RECONSTRUINDO A QUALIDADE DE VIDA

OME: Edmilson Nascimento dos Santos

IDADE: 47anos

SEXO: M

ENF: OBA

LEITO: 02

27/08/18

Admissão: 25/08/18

Lista de problemas:

1. Erispela em mid
2. cirurgia ortopédica há +/- 2 anos
3. Has

EVOLUÇÃO:

Paciente admitido com relato de trauma com objeto perfurante em MID evoluindo com exantema, edema, calor, febre e linfonodomegalia inguinal ipsilateral. Fez uso de amoxicilina sem sucesso. Cirurgia ortopédica há +/- 2 anos. No momento estável, sem queixas. Evacuações e diurese preservadas e sem alterações

Ao exame físico: BEG, eupneico, AAA, normotensor e hidratado

PA: 130x70 mmHg / FC: 98 / FR: 17/ SaO2:98%

aa

AR: MV + AHT, sem RA

ACV: RCR 2T BNF S/S A

ABD: FLACIDO, indolor RHA +

EXT: EDEMA, CALOR E RUBOR EM MID

CD:

VPM

Paciente recusa transferência para o HMNSP em São Cristóvão devido a dificuldade de locomoção dos familiares.

Reavaliar melhora clínica para possível troca de atb

DATA	PRESCRIÇÃO MÉDICA E DIETA	1º TURNO	2º TURNO	3º TURNO
27/08/18	1. Dieta Oral p/ HAS		SND	
	2. SF0,9 % 1000ml			
D1	3. Cefepima 2g iv de 8/8hrs			
	4. Ranitidina 1 amp + 18ml 12/12H EV			
	5. Hidroclorotiazida 25mg 1 cp vo manha			
	6. Cetoprofeno 1fa +100ml sf0,9% iv 12/12hrs			
	7. Dipirona 1 amp+ 18ml AD EV 6/6H SOS			
	8. Plasil 1 amp + 18ml AD 8/8H SOS			
	9. Clexane 40mg OU HNF 5000 SC 12/12H			
	10. Hgt 1 x dia			
	11. Glicose 50% 4 amp, EV, bolus, se HGT ≤ 70 mg/dl. Avisar Plantonista			
	12. Insulina Regular, SC, conforme HGT e esquema: 200-250: 2UI ; 251-300: 4UI ; 301-350: 6UI ; 351-400: 8UI ; > 400: 10UI			
	13. Estimular Deambulação			
	15. SSVV + CCGG de 6/6H			

047 15. OXACILINA 2g EV 6/6H

Genilda Almeida
CRM 35530

Karilla Ismerios Santos Pereira de Santana
COREN-SE 320462 - ENF

Aracaju – Sergipe

Av. Dr. Narciso Daniel dos Santos, s/n – Farolândia – (79) 3212-0504

24/08/18 Evoluções de Enfermagem

19:00 Paciente no leito, Calmo, Verbalizando Consistente.
 20:00 Administração medicamentos prescrita - TAC 5ml bid
 21:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 22:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 23:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 24:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 25:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 26:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 27:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 28:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 29:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 30:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 31:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 32:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 33:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 34:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 35:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 36:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 37:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 38:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 39:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 40:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 41:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 42:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 43:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 44:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 45:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 46:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 47:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 48:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 49:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 50:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 51:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 52:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 53:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 54:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 55:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 56:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 57:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 58:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 59:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 60:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 61:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 62:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 63:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 64:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 65:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 66:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 67:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 68:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 69:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 70:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 71:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 72:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 73:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 74:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 75:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 76:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 77:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 78:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 79:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 80:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 81:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 82:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 83:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 84:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 85:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 86:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 87:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 88:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 89:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 90:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 91:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 92:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 93:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 94:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 95:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 96:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 97:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 98:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 99:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto
 100:00 - Pac. no leito Calmo, verbalizando consistente sem desconforto

09:20h - Paciente no leito, lúcido, verbalizando, orientado
 Opônio eufônico e sem queixas em uso de protetor pré
 via NRP. Refere dor no abdômen e náuseas, há alteração de
 dieta e padrão de sono perturbado. Apresenta hiperemia
 e edema em M.D. S.O. 5500 - PA: 130x80 mmHg, FC 89 bpm
 T: 35,9°C, SpO2: 98%. Sinais vitais estáveis.
 U.37 Paciente encaminhada ao hospital
 de cirurgia em companhia de familiares
 ao 2º andar

DATASUS

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

No. DO BE: 1424651
CNS:

DATA: 16/10/2016 HORA: 10:58 USUARIO: ESBSANTOS
SETOR: 05-ORTOPEDIA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE
NOME : EDMILSON NASCIMENTO DOS SANTOS
IDADE: 45 ANOS NASC: 28/06/1971
ENDERECO: RODOVIA EUCOLOGISTA CHICO MENDES
COMPLEMENTO: 703206677936594 BAIRRO: ZONA DE EXPANSAO
MUNICIPIO: ARACAJU UF: SE CEP: -
NOME PAI/MAE: JOSE EVERASTO DOS SANTOS /GILVANDA NASCIMENTO DOS SANTOS
RESPONSAVEL: GREICIANE NASCIMENTO DOS SANTOS/FILHA TEL: 799882194
PROCEDENCIA: ARACAJU - CAPITAL 5
ATENDIMENTO: CIRURGIAS ORTOPEDICAS
CASO POLICIAL: NAO PLANO DE SAUDE: NAO TRAUMA: NAO
ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

TA: [130 X 20 mmHg] PULSO: [] TEMP.: [36°C] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: ☒ RAIO X ☒ SANGUE ☐ URINA ☐ TC
[] LIQUOR ☒ ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS: *Paciente admitido por procedimento cirurgico. Neg. Dentes*
PRF. REC. LOTE, AAA. Cirurgia, Curativo
DATA/PRIMEIROS SINTOMAS: / /

ANOTACOES DA ENFERMAGEM: *Admitido no setor, procedente de sua*
residência, com diagnóstico de fratura de platô tibial,
consciente, orientado, responsivo, eupneico, afébril, sem

DIAGNOSTICO: *cardíaco. Neg. alergia medicamentosa, hipertensão e*
diabetes. PRESCRICAO CID: HORARIO DA MEDICACAO

1) Diminua 40gts (30) SOS

Assinatura do Médico
16/10/2016

Assinatura do Paciente/Responsável
LORENSE

DATA DA SAIDA: / /
ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO HORA DA SAIDA: :
[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO [] DESISTENCIA
INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):
OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS [] FAMILIA [] IML [] ANAT. PAT

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSÁVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

MS/DATASUS

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO HOSPITAL DE EDEMOLOGIA

No. DO BE: 1414958 DATA: 25/09/2016 HORA: 10:58 USUARIO: JSCALAZANS
CNS: 3636 SETOR: 05-ORTOPEDIA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME: EDMILSON NASCIMENTO DOS SANTOS DOC...: 1020503
IDADE: 45 ANOS NASC: 28/06/1971 SEXO...: MASCULINO
ENDERECO: RODOVIA EUCOLOGISTA CHICO MENDES NUMERO: 267
COMPLEMENTO: 703206677936594 BAIRRO: ZONA DE EXPANSAO
MUNICIPIO: ARACAJU UF: SE CEP...: -
NOME PAI/MAE: JOSE EVERASTO DOS SANTOS /GILVANDA NASCIMENTO DOS SANTOS
RESPONSAVEL: GREICIANE NASCIMENTO DOS SANTOS/FILHA TEL...: 7998821942
PROCEDENCIA: MOSQUEIRO 5
ATENDIMENTO: TRAUMA
CASO POLICIAL: NAO PLANO DE SAUDE...: NAO TRAUMA: NAO
ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

PA: [X mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAIO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: ___/___/___

Lesão vítima de acidente de moto
com trauma no tórax (D).

ANOTACOES DA ENFERMAGEM:

F.R.

DIAGNOSTICO:

fratura de Rb 12 (D)

CID: S72.3.

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

Rx: fratura de Rb 12 (D) com apendicite Rx de pr (D): ml

1) Monitor e Rb 12 (D) com apendicite

2) Encaminhado p/ Hs Lixivia

3) Solu TC pr-up + Gase pr-up.

DATA DA SAIDA: 25/9/16

HORA DA SAIDA: :

ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO

[] DESISTENCIA

[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS [] FAMILIA [] IML [] ANAT. PATOL.

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

HUSE

ELETROCARDIOGRAMA

EXAME(S) REALIZADO(S)

Data: 25/09/16

Horário: 12:30

HUSE

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA - PS

REGISTRO: 7515

6

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO
=====

FICHA DE INTERNACAO
IDENTIFICACAO DO PACIENTE

Reg. Definitivo....: 142249
Numero do CNS.....: 0000000000000000
Nome.....: EDMILSON NASCIMENTO DOS SANTOS
Documento.....: 1020503 Tipo :
Data de Nascimento: 28/06/1971 Idade: 45 anos
Sexo.....: MASCULINO
Responsavel.....: JOSE EVERASTO DOS SANTOS
Nome da Mae.....: GILVANDA NASCIMENTO DOS SANTOS
Endereco.....: RODOVIA EUCOLOGISTA CHICO MENDES 267 703206677936594
Bairro.....: ZONA DE EXPANSAO Cep.: 00000-000
Telefone.....: 79988219425
Município.....: 2800308 - - SE
Nacionalidade.....: BRASILEIRO
Naturalidade.....: SERGIPE

DADOS DA INTERNACAO

Forma de Entrada...: 4 - EMERGENCIA No. do BE: 1424651
Clinica.....: 550 - HPM-CIRURGIAS ORTOPEDICAS
Leito.....: 999.0029
Data da Internacao: 16/10/2016
Hora da Internacao: 11:00
Medico Solicitante: 006.113.725-17 - PABLO BARRETO PRATA
Proced. Solicitado: NAO INFORMADO
Diagnostico.....: NAO INFORMADO
Identif. Operador.: ESBSANTOS

INFORMACOES DE SAIDA

Proc.Realizado:
Dt.Hr Saida:
Especialidade:
Tipo de Saida:
CID Principal:
CID Secundario:
Principal:
Secundario:
Outro:

Alt hosp: 18/10/16
pmo



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



DATS - DIRETORIA DE ATENÇÃO À SAÚDE
REUE - Rede de Urgência e Emergência

GUIA DE TRANSFERÊNCIA INTER HOSPITALAR

3ª. Via - Transporte

DATA

25/09/2016

HORA

PACIENTE

Edmilson Nascimento dos Santos

ORIGEM

Unidade Municipal de Pronto Atendimento Dr. Nestor Piva

IDADE

____ ANOS ____ MESES

SEXO

() Masculino () Feminino

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA

Fx pilão Tibial D.

DESTINO

HUSE

NOME DO CONTATO NO HOSPITAL DESTINO

MOTIVO

TIPO DE TRANSPORTE

TIPO A ()

USB ()

USA ()

HISTÓRIA CLÍNICA DO PACIENTE

Dor e deformidade em tornozelo D após acidente de moto hoje pela manhã.

CONDUTAS REALIZADAS (Medicações / Sondagens / Drenagens, etc)

Redução + imobilização + Analgesia

NOME DO MÉDICO RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA

DATA

25/09/2016

Assinatura do Médico solicitante

Adonai Carneiro Barreto
Ortopedia e Traumatologia -
Cirurgia de Ombro e Cotovelo
Oncologia Ortopédica
CRM-SE 3434 TEOT 12497



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



CATS - DIRETORIA DE ATENÇÃO À SAÚDE
REUE - Rede de Urgência e Emergência

GUIA DE TRANSFERÊNCIA INTER HOSPITALAR

3ª. Via - Transporte

DATA

25/09/2016

HORA

PACIENTE

Edmilson Nascimento dos Santos

ORIGEM

Unidade Municipal de Pronto Atendimento Dr. Nester Piva

IDADE

ANOS MESES

SEXO

() Masculino () Feminino

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA

Fx. pilão Tibial D.

DESTINO

HUSE

NOME DO CONTATO NO HOSPITAL DESTINO

MOTIVO

TIPO DE TRANSPORTE

TIPO A ()

USB ()

USA ()

HISTÓRIA CLÍNICA DO PACIENTE

Doe de dor no tornozelo D após acidente de moto hoje pela manhã.

CONDUTAS REALIZADAS (Medicações / Sondagens / Drenagens, etc)

Redução + imobilização + Analgesia

NOME DO MÉDICO RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA

DATA

25/09/2016

Assinatura do Médico solicitante

Dr. Adonai Roberto Bonfatti
Ortopedia e Traumatologia -
Cirurgia de Ombro e Cotovelo
CRM-SE 3434 TEOT 12597



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENADORIA GERAL DE PERÍCIAS
INSTITUTO MÉDICO LEGAL "DR. AUGUSTO LEITE"

LAUDO DO EXAME DE LESÕES CORPORAIS

quinta-feira, 20 de abril de 2017

Nº Laudo
2965/2017

Dados Da Vítima

Nome da Vítima	EDMILSON NASCIMENTO	Nascimento	28/06/1971	Idade	45	Naturalidade	ARACAJU
Estado Civil	SOLTEIRO	Sexo	MASCULINO	Cor	PARDA	Profissão	PORTEIRO
Instrução	MED	Nome da Mãe	GILV ANDA NASCIMENTO DOS SANTOS	Nome do Pai	JOSÉ EUFRASIO DOS SANTOS	UF	SE
Endereço	R. SANTÍSSIMA TRINDADE, S/N	Bairro	AREIA BRANCA	Município	ARACAJU		
Nome da Autoridade	ADELMO PELÁGIO F.	Função	ADELMO PELÁGIO F.	Unidade	DEDT		
1º Perito Relator	DR. VICTOR VASCONCELOS BARROS	CremeselCrose	3296	2º Perito Relator		CremeselCrose	MASC/2965/2017
Local da Perícia	Sala do IML	Tipo		Causa			

Historico/Descrição

Historico

Relata o periciando que fora vítima de acidente de trânsito do tipo colisão entre a motocicleta que pilotava e um veículo de passeio, fato ocorrido às 06h00 do dia 25/09/2016, nesta capital. Socorrido pela SAMU e encaminhado inicialmente à UPA ZONA NORTE onde foi atendido, diagnosticado fratura em perna direita e em seguida transferido ao HUSE onde permaneceu em observação por 12 horas e recebeu alta hospitalar para aguardar marcação de cirurgia.

Descrição

Ao exame apresenta duas lesões cirúrgicas incisais, de morfologia linear, medindo 12,0 cm cada, localizadas em terço medial e lateral do terço inferior da perna direita. Durante o exame apresentou limitação acentuada para os movimentos do tornozelo direito. Trouxe cópia de prontuário médico do HUSE onde consta que o periciando fora admitido em 25/09/2016 vítima de acidente de trânsito apresentando trauma em tornozelo direito. Radiografia revelou fratura em pilão tibial direito. Realizado redução, imobilização e analgesia. Recebeu alta no mesmo dia. Trouxe também cópia de prontuário médico do HPM, onde consta que o paciente fora admitido em 16/10/2016 para realização de tratamento cirúrgico de fratura em pilão tibial, com placa e parafusos metálicos. Recebeu alta em 18/10/2016. Trouxe cópia de tomografia do tornozelo direito, datado de 25/09/2016, onde evidencia-se múltiplos traços de fratura cominutiva com deformidade e desalinhamento ósseo e colabamento de sua superfície articular, e traço de fratura com desalinhamento ósseo em metáfise fibular. Trouxe também película de raio X datado de 21/11/2016, onde evidencia-se controle pós operatório de fixação metálica com placa e

ESTE DOCUMENTO É ORIGINAL

Em 07/06/17

Carlos Rodrigo Ribeiro de Almeida
Escrivão de Polícia Judiciária

Dr. Victor V. Barros
Médico Legista
CRM 3296

parafusos em fratura comitativa de tíbia e fíbula esquerdas.

Comentário Médico\Conclusão\Quesitos Respostas
Comentário Médico - Forense

Existe compatibilidade entre os achados e a ação contundente. As lesões não resultaram em perigo de vida, porém se fez necessário afastá-lo de suas ocupações habituais por período superior a 30 dias. Resultaram, entretanto em dano funcional permanente e parcial incompleto de repercussão intensa, comprometendo a mobilidade do tornozelo direito.

Conclusão

Em face do exposto concluímos que do acidente, resultou para o periciando um dano permanente e parcial incompleto de repercussão intensa, comprometendo a função motora do tornozelo direito.

Exame realizado às 10h00 do dia 20/04/2017.

Quesitos/Respostas:

1º) Houve ofensa a integridade ou a saúde do paciente?

Sim.

2º) Qual o instrumento ou meio que produziu a ofensa?

Contundente.

3º) A ofensa foi produzida com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou por meio insidioso ou cruel, ou que podia resultar perigo comum?

Sem elementos.

4º) Da ofensa resultou incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta (30) dias?

Sim.

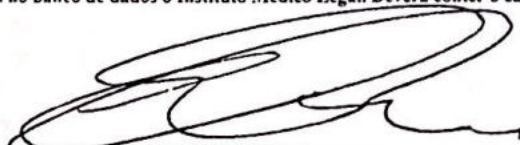
5º) Da ofensa resultou perigo de vida?

Não.

6º) Da ofensa resultou incapacidade incurável perda ou inutilização de membro, sentido ou função ou deformidade permanente?

Sim, dano funcional permanente e parcial incompleto de repercussão intensa, comprometendo a mobilidade do tornozelo direito.

Este documento foi expedido via eletrônica (expresso), nos termos da legislação vigente. Confere com o original em arquivo digital, disponível no banco de dados do Instituto Médico Legal. Deverá conter o carimbo da unidade policial responsável pela impressão.



DR VICTOR VASCONCELOS BARROS

3296

Dr. Victor V. Barros
Médico Legista
CRM 3296

MASC/2965/2017

27.06.17

Carlos Rodrigo Ribeiro de Almeida
Escrivão de Polícia Judiciária



Edmilson P. do S.

P. 12 c/ fratura do pilão tibial

① c/ dor e edema e diminuição

do arco do tornozelo. Fratura há 8
meses, resultou em artrose do tornozelo
residual.

P. 12 é incapacitada de deambular mais
que 500 m sem apoio, monta o teste
por mais 20 minutos. Recusa-se
110 (est) e não tolera o trabalho que
seus resultados C.O. 1934

27.7.11

Prof. Dr. Paulo de Carvalho
Ortopedista - Ortopedia
Clínica Vertebro-Ortopédica e Patologia
Ortopédica

Unidades Cemise

Cemise
Centro de Medicina Integrada de São João
Construtor João Alves, 228
São João - Aracaju/SE
1000

Cemise
Residência Magnética e Tomografia Computadorizada
Rua Manoel Ribeiro Leite, 138
São João - Aracaju/SE
3304.1010

Cemise Vida
Centro de Diagnóstico e Tratamento
Rua Guilherme Augusto, 228
São João - Aracaju/SE
3304.1010

NOS
Unidade de Diagnóstico de Sangue
Rua Construtor João Alves, 228
São João - Aracaju/SE
3304.1122

Cemiclein
Medicina Integrada
Rua Bahia, 1150
Distrito Central
3304.1050



CEMISE

CENTRO DE MEDICINA
INTEGRADA DE SERGIPE

CEMISE

RESSONÂNCIA MAGNÉTICA E
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA

ESTADO DE SERGIPE

MUSE

Fur
Ho:
de

AMBULATORIO DE RETORNO
MÉDICO: Michael
ESPECIALIDADE: _____
DATA DO RETORNO: 08/08/18
HORA: _____

TEL:
FONE/FAX: _____
E-MAIL: _____

3216-281

Relatório Médico

Paciente Edilson Nascente da Silva
apre choro de pte do torço D.
(S02) há 2 dias, opaco no HEM.

Paciente não tem Rx.

De EF: 1 dia choro, com hemato
de molhados no torço, manche
amarelada.
apre de 200 metros para de
200 metros.

fate

Dr. Carlos M.S. Nogueira
Médico
C.R.C. 41.100/06

08/08/18

Unidades Cemise

Cemise
Centro de Medicina Integrada de Sergipe
Rua Construtor João Alves, 228
São José - Aracaju/SE
3304.1000

Cemise
Ressonância Magnética e Tomografia Computadorizada
Rua Melacir Rabelo Leite, 138
São José - Aracaju/SE
3304.1010

Cemise Vida
Centro de Reprodução Humana
Rua Guilhermino Rezende, 238
São José - Aracaju/SE
3043.1015

NOS
Núcleo de Oncologia de Sergipe
Rua Construtor João Alves, 228
São José - Aracaju/SE
3304.1122

Cemidin
Medicina Diagnóstica
Rua Bahia, 1175
Siqueira Campos - Aracaju/SE
3304.3050

cemise.com.br

cemise

cemisemedicina

cemisemedicina



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE



AMBULATÓRIO DE RETORNO DO HUSE

RECEITUÁRIO

PACIENTE: Edmilson N. do L.

João

① protese de tornozelo ①

3, 4, 5

R 255

Dr. Paulo Roberto Fr. a
Cirurgia do Joelho
Ortopedia e Traumatologia
CRM - SE 3349 / T2OT 12456

Dr. Paulo Roberto Fr. a
Cirurgia do Joelho
Ortopedia e Traumatologia
CRM - SE 3349 / T2OT 12456

DATA

7/12/14

MÉDICO (Assinatura e carimbo)



Edmilson P. A. Jr

L1

10 mm de Hernia torçã @

Cis: 1334

21.1.14

Prof. Max Franco de Carvalho
Doutor em Ortopedia
Coluna Vertebral/Ortopedia Pediátrica
CRM 2430/TEOT 7895

Unidades Cemise

cemise.com.br

f cemise

cemisemedicina

cemisemedicina

Cemise

Centro de Medicina Integrada de Sergipe
Rua Construtor João Alves, 228
São José - Aracaju/SE
3304.1000

Cemise

Ressonância Magnética e Tomografia Computadorizada
Rua Moacyr Rabelo Leite, 138
São José - Aracaju/SE
3304.1010

Cemise Vida

Centro de Reprodução Humana
Rua Guilhermino Rezende, 238
São José - Aracaju/SE
3043.1015

NOS

Núcleo de Oncologia de Sergipe
Rua Construtor João Alves, 228
São José - Aracaju/SE
3304.1122

CemilClin

Medicina Diagnóstica
Rua Bohia, 1175
Siqueira Campos - Aracaju/SE
3304.3050



HOSPITAL
CIRURGIA

FUNDAÇÃO DE BENEFICÊNCIA HOSPITAL DE CIRURGIA

AV. DESEMBARGADOR MAYNARD Nº 174 B.CIRURGIA
ARACAJU, SERGIPE - (79) 2106-7213

Residência Médica em Cirurgia Geral

RECEITA

Paciente: Edmilson Nascimento dos Santos

Rx:

1) Cefalexina 500mg 1 caixas (20 comprimidos)

Uso oral: tomar 01 comprimido de 6/6h ao dia. *per 05 dias*

2) Hidroclorotiazida 25mg Continuo

Uso oral: tomar 01 comprimido ao dia pela manhã

3) Losartana 50mg Continuo

Uso oral: tomar 01 comprimido ao dia pela manhã

Aracaju, 31/08/2018

Dr. Laíza Lobão Alves
Médica
RM/SE 5410



Edmundo R. de

R

① Duflex - 0/00

Lco: 7/4

② ZB Motero 600g - 0/0

Lco: 0/4 8/14

27.7.17

Prof. Max Franco de Carvalho
Doutor em Ortopedia
Coluna Vertebral/Ortopedia Pediátrica
CRM 2430/TEOT 7895

Unidades Cemise

cemise.com.br



cemise



cemisemedicina



cemisemedicina

Cemise

Centro de Medicina Integrada de Sergipe
Rua Construtor João Alves, 228
São José - Aracaju/SE

3304.1000

Cemise

Ressonância Magnética e Tomografia Computadorizada
Rua Moacir Rabelo Leite, 138
São José - Aracaju/SE

3304.1010

Cemise Vida

Centro de Reprodução Humana
Rua Guilhermino Rezende, 238
São José - Aracaju/SE

3043.1015

NOS

Núcleo de Oncologia de Sergipe
Rua Construtor João Alves, 228
São José - Aracaju/SE

3304.1122

CemClin

Medicina Diagnóstica
Rua Bahia, 1175
Siqueira Campos - Aracaju

3304.3050



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE



AMBULATÓRIO DE RETORNO DO HUSE

RECEITUÁRIO

PACIENTE: EDMILSON N. N. (A)

R. de Tr. n. 10 (A)

Alf

[Handwritten signature]

DATA: 11/11/11

MÉDICO (Assinatura e carimbo)



HOSPITAL DR. NESTOS PIVA
PROTOCOLO PARA RECEBIMENTO
DE DOCUMENTOS INTERNOS

Nome do Paciente:

Edmilson Nascimento dos Santos

Motivo da Solicitação:

Seguro **conce: 99961-0596**

Seguro DPVAT ()

Fins Trabalhistas () Previdenciários ()

Fins Judiciais () Outros ()

Prazo de Entrega: 45 dias

Atend. 35-9-16
Data: 18-10-16

Edmilson Nascimento dos Santos

OBS. ENT. AO MESMO
NO DIA 06/12/2016



HOSPITAL DR. NESTOS PIVA
PROTOCOLO PARA RECEBIMENTO
DE DOCUMENTOS INTERNOS

Nome do Paciente:

Edmilson Nascimento dos Santos

Motivo da Solicitação:

Seguro DPVAT () Fins Trabalhistas () Previdenciários ()

Fins Judiciais () Outros ()

Prazo de Entrega: 45 dias

3711-0420
Data: 18-10-2016

Edmilson Nascimento dos Santos



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

RELATÓRIO MÉDICO

Edmilson Nascimento dos Santos	
foi atendido na Unidade de	
Atendimento de Emergência em 25.09.16, vítima de	
Acidente de trânsito. Após exame	
e procedimento médico foi	
liberado conforme consta em	
seu prontuário	
CIP 707	
25 10 16	

Esdras F. Ferreira
Médico
CRM 2203

Dr. Esdras Fagundes Ferreira

Coordenador dos Médicos Ortopedistas e Cirurgiões da REUE

Unidade de Pronto Atendimento Municipal DR. Nestor Piva
Av. Maranhão S/N Bairro: 18 do Forte Telefone: 3212 - 0411



AMBULATORIO DE RETORNO

MÉDICO: Michael

ESPECIALIDADE: _____

DATA DO RETORNO: Outubro 118

HORA: _____

TEL: _____

3216-2603

Relatório Médico

Paciente Edilson Nascimento da Silva,
refere dor no joelho direito de 1 ano.
(S82) há 2 anos, após um trauma.

Paciente sob Rx.

Do EF: dor aguda, com limitação
de mobilidade no joelho, marcha
claudicante.
refere dor ao deambular mais de
200 metros.

gts

Dr. Carlos M.S. Kuhlitz
Médico
CRM 41.158

08/08/18

Unidades Cemise

cemise.com.br

cemise

cemisemedicina

cemisemedicina

Cemise

Centro de Medicina Integrada de Sergipe
Rua Construtor João Alves, 228
São José - Aracaju/SE
3304.1000

Cemise

Ressonância Magnética e Tomografia Computadorizada
Rua Moacir Rabelo Leite, 138
São José - Aracaju/SE
3304.1010

Cemise Vida

Centro de Reprodução Humana
Rua Guilhermino Rezende, 238
São José - Aracaju/SE
3043.1015

NOS

Núcleo de Oncologia de Sergipe
Rua Construtor João Alves, 228
São José - Aracaju/SE
3304.1122

Cemidin

Medicina Diagnóstica
Rua Bahia, 1175
Siqueira Campos - Aracaju/SE
3304.3050



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE



HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE (HUSE)
RECEITUÁRIO

PACIENTE: Edmilson N. dos Santos

Rx:

1) Tramal

50mg

21 comp's

Uso Oral, 1 comp 2x/dia, 7 dias

RELAÇÃO DE MEDICAMENTOS

Tramadol 50 mg

200.000 C/1000

18-10-16

156601

DR. Herculano

Dra. Giuliana Feitosa
CRM 48328
Médica Especialista em Traumatologia

DATA 18/10/2016

MÉDICO (Assinatura e carimbo)



HOSPITAL
CIRURGIA

FUNDAÇÃO DE BENEFICÊNCIA HOSPITAL DE CIRURGIA
AV. DESEMBARGADOR MAYNARD Nº 174 B.CIRURGIA
ARACAJU, SERGIPE - (79) 2106-7213

Residência Médica em Cirurgia Geral

RECEITA

Paciente: Edmilson Nascimento dos Santos

Rx:

1) Cefalexina 500mg 1 caixas (20 comprimidos)

Uso oral: tomar 01 comprimido de 6/6h ao dia. por 05 dias

2) Hidroclorotiazida 25mg Continuo
Uso oral: tomar 01 comprimido ao dia pela manhã

3) Losartana 50mg Continuo
Uso oral: tomar 01 comprimido ao dia pela manhã

⚡

Aracaju, 31/08/2018

Dra. Laiza Lobão Alves
Médica
CRM/SE 5410

RELATÓRIO MÉDICO

NOME DO PACIENTE: Edmilson Nascimento dos Santos
DATA DA ENTRADA: 25/09/2016
DATA DA SAÍDA: 25/09/2016

INTERNAMENTO: PS () ENFERMARIA () UTI ()

HISTÓRICO CLÍNICO:

Relato para fins Periciais que, Edmilson Nascimento dos Santos, deu entrada no HUSF vítima de acidente de trânsito apresentando trauma em tornozelo D. Após radiografia fratura de pilão tibial D com deformidade. Realizados Reduç + imobilização + analgesia. Foi encaminhado para tratamento cirúrgico.

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

EXAMES COMPLEMENTARES:

Rx p^o (E); ECG;

MÉDICOS ASSISTENTES:

Dr. Adonai Pinheiro Barreto.

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO (X) TRANSFERIDO () ÓBITO ()

ARACAJU, 14 de 10 de 2016

Ligia Braga de Almeida
Análise de Prontuários FAMES/HUSF
CRM 52.2319

MÉDICO DO SETOR DE ANÁLISE DE PRONTUÁRIO

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário, sem ter contato profissional com o paciente, isto é, a responsabilidade do atendimento cabe aos médicos que o assistiram.

RELATÓRIO MÉDICO

NOME DO PACIENTE: Edmilson Nascimento dos Santos
DATA DA ENTRADA: 25/09/2016
DATA DA SAÍDA: 25/09/2016

INTERNAMENTO: PS () ENFERMARIA () UTI ()

HISTÓRICO CLÍNICO:

Relato para Risa Perceiras que Edmilson Nascimento dos Santos deu entrada no HUSF vítima de acidente de trânsito apresentando trauma em tornozelo (D). Após radiografia fractura do pilão tibial (D) com deformidade: Realizados redução + estabilização + imobilização. Foi encaminhado para tratamento cirúrgico.

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

EXAMES COMPLEMENTARES:

R + p' (E); ECG;

MÉDICOS ASSISTENTES:

D^o Adonai Pinheiro Barreto.

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO (X) TRANSFERIDO () ÓBITO ()

ARACAJU, 14 de 10 de 2016

Ligia Braga de Almeida
Análise de Prontuários / PRIME/MUSE
CRM 122.5349

MÉDICO DO SETOR DE ANÁLISE DE PRONTUÁRIO

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário, sem ter contato profissional com o paciente, isto é, a responsabilidade do atendimento cabe aos médicos que o assistiram.



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE



RELATÓRIO MÉDICO

NOME DO PACIENTE: Edmilson Nascimento dos Santos
DATA DA ENTRADA: 16/10/2016
DATA DA SAÍDA: 18/10/2016

INTERNAMENTO: PS () ENFERMARIA () UTI ()

HISTÓRICO CLÍNICO:

Paciente admitido para realizar procedimento cirúrgico devido a fratura do plato tibial direito. Veio consciente, com relato de acidente motociclistico 22 dias atrás. Encaminhado para bloqueio cirúrgico, ato ocorrido sem intercorrência. Recebeu alta para dar continuidade a nível ambulatorial.

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

• Osteossíntese do plato tibial

EXAMES COMPLEMENTARES:

MÉDICOS ASSISTENTES:

Dra. Cíntia Faria
Dr. João S. Castro

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO (x) TRANSFERIDO () ÓBITO ()

ARACAJU, 23 de 02 de 2017

Dra. Rosemary Gusão

MÉDICO DO SETOR DE ANÁLISE DE PRONTUÁRIO

Dra. Rosemary Gusão
Clínica Médica
CRM 1394

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário, sem ter contato profissional com o paciente, isto é, a responsabilidade do atendimento cabe aos médicos que o assistiram.

RELATÓRIO MÉDICO

NOME DO PACIENTE: Edmilson Nascimento dos Santos
DATA DA ENTRADA: 25/09/2016
DATA DA SAÍDA: 25/09/2016

INTERNAMENTO: PS () ENFERMARIA () UTI ()

HISTÓRICO CLÍNICO:

Relato para fins Periciais que Edmilson Nascimento dos Santos deu entrada no HUSF vítima de acidente de trânsito apresentando trauma em tornozelo D. Após radiografia fractura de pilae tibial D com deformidade: Realizada redução + imobilização + analgesia. Foi encaminhado para tratamento cirúrgico.

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

EXAMES COMPLEMENTARES:

Rx p' (E); ECG;

MÉDICOS ASSISTENTES:

Dr.º Ademar Pinheiro Barreto.

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO (X) TRANSFERIDO () ÓBITO ()

ARACAJU, 14 de 10 de 2016

Ligia Braga de Almeida
Análise de Prontuários FAME/HUSF
CRM 12.345

MÉDICO DO SETOR DE ANÁLISE DE PRONTUÁRIO

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário, sem ter contato profissional com o paciente, isto é, a responsabilidade do atendimento cabe aos médicos que o assistiram.

Retificação de Laudo

Número do laudo: 2965/2017

Expedido para a: DEDT

Perito Relator: Dr. Ronmel Lisboa dos Santos

Campo a ser retificado:

Nome da vítima

Onde lê-se:

Edmilson Nascimento

Leia-se:

Edmilson Nascimento dos Santos

Obs.: Os demais dados do laudo especificado acima ficam mantidos como no original. Tal correção se deu por erro de digitação, durante a elaboração do laudo.

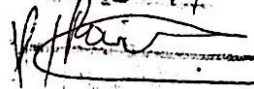
Dr. Ronmel Lisboa dos Santos
Perito Médico-Legal
CRM-SE 3172

Aracaju 07 de Junho de 2017

Este documento foi expedido via eletrônica (expresso), nos termos da legislação vigente. Confira com o original em arquivo digital, disponível no banco de dados do Instituto Médico Legal. Deverá conter o carimbo da unidade policial responsável pela impressão

ESTE DOCUMENTO É FINAL

07.06.17



Laudo Perícia
Digitalizado



INSTITUTO MÉDICO LEGAL
LAUDO PERICIAL
Lesões Corporais
EDMILSON NASCIMENTO

LAUDO Nº 2965/2017

ESTE CÓPIA É UM ORIGINAL

Em 07.06.17

Carlos Rodrigo Ribeiro de Almeida
Escrivão de Polícia Judiciária

Comunicação de Decisão

28/04/2020 09:49:56

NIT: 124.30151.52-0

Número do Benefício: 616.131.159-7

Espécie: 31

Número do Requerimento: 176516529

Ao Sr. (a): EDMILSON NASCIMENTO DOS SANTOS

Endereço: ECOLOGISTA CHICO MENDES 267, AREIA BRANCA

CEP: 49.007-000

Município: ARACAJU

UF: SE

Assunto: Solicitação de Prorrogação de Benefício por Incapacidade.

Decisão: Indeferimento do Pedido

Motivo: Não Constatação de Incapacidade Laborativa

Fundamentação Legal: Art. 59 da Lei nº 8.213, de 24/07/1991; Artigos 71 e 77 e § 2º do Art. 78 do Decreto nº 3.048, de 06/05/1999; § 6º do Art. 75 do Decreto nº 3.048/1999, com redação dada pelo Decreto nº 8.691/2016.

Em atenção à sua Solicitação de Prorrogação de Benefício por Incapacidade, apresentada no dia 22/03/2018, informamos que não foi reconhecido o direito à prorrogação do benefício. O pagamento do seu benefício foi mantido até o dia 13/08/2018. Desta decisão poderá interpor Recurso, no prazo de 30 dias do recebimento desta comunicação, à Junta de Recurso do Conselho de Recursos do Seguro Social - JR/CRSS, pelo número de telefone 135 da Central de Atendimento do INSS ou pela internet no endereço eletrônico: meu.inss.gov.br.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Agência da Previdência Social: ARACAJU IVO DO PRADO

Endereço: AV IVO DO PRADO ,448 , CENTRO

CEP: 49.010-050

Município: ARACAJU

UF: SE

Termo de Responsabilidade: Responsabilizo-me, sob as penas do Artigo 171 do Código Penal, pela veracidade da documentação apresentada para a solicitação do benefício acima descrito.

Ciente, 13 de Agosto de 2018

Assinatura do Requerente / Representante Legal



Você pode conferir a autenticidade do documento em
<https://meu.inss.gov.br/central/#/aberto/autenticidade>
com o código 200428CCOC4K87

Empresa: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ARACAJU
CNPJ: 11.718.406/0001-20

Recurso: PRONTO ATENDIMENTO - NESTOR PIVA

Soma

FA	CONTA 261524	Data de Atendimento 25/09/2016 07:34:00
IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE		
NOME: Edmilson Nascimento dos Santos	RG: 1020503	PRONTUARIO: 3568
DATA NASCIMENTO: 28/06/1971	IDADE REAL: 45 ANO(S)	SEXO: MASCULINO
ENDEREÇO: Avenida ECOLOGISTA CHICO MENDES	Nº: 686	CNS:
BAIRRO: Mosqueiro	MUNICÍPIO: Aracaju	CEP: 49000000
ESTADO CIVIL: Solteiro(a)	PROFISSÃO:	COMPLEMENTO:
NOME DA MÃE: Gilvanda Nascimento dos Santos	NOME DO PAI:	ESTADO: Sergipe
TELEFONE RES:	TELEFONE CEL: (79) 98864-909	NATURALIDADE:
PAÍS DE ORIGEM:	PARENTESCO:	
RESPONSÁVEL: Edmilson Nascimento dos Santos		
TIPO DE ATENDIMENTO: CONSULTA	ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL	
PROCEDÊNCIA: RESIDENCIA	ESPECIALIDADE: CLINICA MEDICA	CONFERE COM O ORIGINAL
INFORMAÇÃO DO CONVÊNIO		
CONVENIO: SUS / SUS	EMPRESA:	CARENCIA:
MATRÍCULA:	VALIDADE:	GUIA:
SENHA:		
PREENCHIMENTO PELO PROFISSIONAL - ENFERMAGEM		
QUEIXA PRINCIPAL E DURAÇÃO:	Tº	GLI
	FC:	PA
	FR:	SATO
ALERGIA: NÃO () SIM QUAL?	ALT:	PESO:
MEDICAÇÃO EM USO:	CINT:	QUAD
	IMC:	RCE:
	MCA:	RCQ:
CLASSIFICAÇÃO DE RISCO: () VERMELHO () LARANJA () AMARELO () VERDE () AZUL	ENFERMEIRO/ HORA	
ANTECEDENTES CLÍNICOS: () DM () HAS () GESTANTE		
() OUTROS: QUAL?		
PREENCHIMENTO PELO PROFISSIONAL -		
HDA: <i>Trazido pelo SAMU em protocolo. vítima de acidente com x anti. Waga pe de consciência moment. varina alterado.</i>		
EXAME FÍSICO: <i>ABC OK</i>		
<i>4. Glorioso 15</i>		
<i>- Imbuição w.f.d.</i>		
<i>- Etnia: p.e</i>		
CID: <i>582.3</i>		

R1300130007 Genoveva Silva dos Anjos

Página 1 de 2

Data e Hora: 25/09/2016 07:34

CONDUTA / PRESCRIÇÃO:

HORÁRIO

**RUBRICA
ENFERMAGEM**

How foliiferous 200 ml
The period 100 g EV

VAT. 1 doz of 5th

Alto de Cimper

Advantages of a periodic

José Alcides de
 MÉDICO
 CRM-105

EXAMES SOLICITADOS:

Q. A particle is moving with E and p

for 1 & 2 months 2005

ORTOPEDA

Pete último de acidente de motocicleta hge pela manhã

1705
José Alcides de M. I.
MÉDICO

PARECER:

PARACER:
 apresentando fr. pilão tibial D + luxação tornozelo D.
 pilão D: Tramed 1000

Redução + imobilização: Tramadol 100mg, EV + 100ml SGO, 9%
Hidrocortisona 100mg, EV.

AO HUSE

Giulliana Feitosa
CBM/554828
MR Ortopedia e Traumatologia

DESTINO DO PACIENTE:

() RETORNO AO CONSULTÓRIO MÉDICO

() ALTA

() ALTA COM ORIENTAÇÃO

() INTERNAÇÃO HOSPITALAR

() OBSERVAÇÃO

() ENCAMINHAMENTO:

HORA ____:____

() TRANSFERÊNCIA:

HORA ____:____

() EVASÃO

() ÓBITO

Genoveva Silva dos Anjos

Página: 2 de 2

Data e Hora: 25/09/2016 07:34

R1300130007

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADOR

01 CNPJ/CEI 07.282.053/0001-91		02 Razão Social/Nome EDIFÍCIO MANSÃO GENTIL BARBOSA		
03 Endereço (logradouro, nº, andar, apartamento) DEPUTADO SILVIO TEIXEIRA, 600			04 Bairro JARDINS	
05 Município Aracaju	06 UF SE	07 CEP 49025-100	08 CNAE 8112500	09 CNPJ/CEI Tomador/Obra

IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHADOR

10 PIS/PASEP 12430151520		11 Nome EDMILSON NASCIMENTO DOS SANTOS				
12 Endereço (logradouro, nº, andar, apartamento) Rua ECOLOGISTA CHICO MENDES, 267				13 Bairro CENTRO		
14 Município Areia Branca		15 UF SE	16 CEP 49007000	17 Carteira de Trabalho(nº, série, UF) 00041339-0003-SE	18 CPF 631.610.845-00	
19 Data de Nascimento 28/06/1971		20 Nome da Mãe GILVANDA NASCIMENTO DOS SANTOS				

DADOS DO CONTRATO

21 Tipo de Contrato				
Contrato de trabalho por prazo indeterminado				
22 Causa do Afastamento				
Despedida sem justa causa pelo empregador				
23 Remuneração Mês Anterior	24 Data de Admissão	25 Data do Aviso Prévio	26 Data de Afastamento	27 Cód. Afastamento
984,76	01/03/2007	20/08/2018	20/08/2018	SJ2
28 Pensão Alimentícia (%) (TRCT)		29 Pensão Alimentícia (%) (FGTS)	30 Categoria do Trabalhador	
0,00 %		0,00 %	01 - Empregado	
31 Código Sindical		32 CNPJ e Nome da Entidade Sindical Laboral		
000000899283		32.825.283/0001-05 - SIND.DAS EMP. CONDOMINIOS DE ASSEIO E CONS ESTADO DE SERGIPE		

DISCRIMINAÇÃO DAS VERBAS RESCISÓRIAS

VERBAS RESCISÓRIAS

Rubrica	Valor	Rubrica	Valor	Rubrica	Valor
50 Saldo de 7/Dias Salário (Líquido de 7/0 faltas e DSR)	229,78	51 Comissões		52 Gratificação	
53 Adic. de Insalubridade %		54 Adic. de Periculosidade %		55 Adic. Noturno Horas a %	
56.1 Horas Extras horas a %		57 Gorjetas		58 Descanso Semanal Remunerado (DSR)	
59 Reflexo do DSR sobre Salário Variável		60 Multa Art. 477, § 8º/CLT		62 Salário-Família	
63 13º Salário Proporcional 1/12 avos	82,06	64.1 13º Salário-Exerc. - /12avos		65 Férias Proporc. /12 avos	
66.1 Férias Venc. Per. Aquis. // a //		68 Terço Constituc. de Férias	54,71	69 Aviso Prévio Indenizado 63 Dias	2.068,00
70 13º Salário (Aviso Prévio Indenizado) 3/12 avos	246,19	71 Férias(Aviso Prévio Indenizado)	164,13		
		99 Ajuste do Saldo Devedor		TOTAL BRUTO	2.844,87

DEDUÇÕES

Desconto	Valor	Desconto	Valor	Desconto	Valor
100 Pensão Alimentícia		101 Adiantamento Salarial		102 Adiantamento 13º Salário	
103 Aviso Prévio Indenizado		112.1 Previdência Social	18,38	112.2 Prev. Social - 13º Salário	26,26
114.1 IRRF		114.2 IRRF sobre 13º Salário			
				TOTAL DEDUÇÕES	44,64



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600536

DATA:

05/05/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600536

DATA:

05/05/2020

MOVIMENTO:

Decisão

DESCRIÇÃO:

1. Cite-se para resposta, no prazo de 15 (quinze) dias, tomando por aproximação o art. 355, caput, do CPC. 1.1 Sendo infrutífera a citação, intime-se a parte autora para se manifestar, apresentando endereço da parte ré no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. 1.2 Em não havendo manifestação, tratando-se do rito comum, intime-se pessoalmente a parte autora para, em 5 (cinco) dias, informar o endereço da parte requerida sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito, conforme o art. 485, III e §1º, do CPC. Tratando-se de feito que marcha pelo rito sumariíssimo, volvam conclusos para sentença. 2. Após a apresentação da defesa, manifeste-se a parte autora, em 15 (quinze) dias, acerca da contestação, inclusive sobre eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, CPC). 3. Se houver juntada de novos documentos com a réplica, vista à parte requerida por 15 (quinze) dias (art. 437, §1º, CPC). Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 99, §2º, do Código de Processo Civil. Aracaju/SE, 5 de maio de 2020.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**

Nº Processo 202040600536 - Número Único: 0018536-88.2020.8.25.0001

Autor: EDMILSON NASCIMENTO DOS SANTOS

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT

Movimento: Decisão >> Outras Decisões

Cls.

O Tribunal de Justiça exarou, no processo SEI n. 0006122-67.2020.8.25.8825, recomendação acerca do prosseguimento dos feitos nas respectivas unidades, “*dispensando-se, desde já, a realização da audiência preliminar conciliatória*” no rito comum, tendo em vista a pandemia COVID-19.

A corregedoria recomendou, excepcionalmente, a devolução, pelo CEJUSC – Centro judiciário de solução de conflitos e cidadania, de todos os processos encaminhados pelas unidades jurisdicionais, ressalvados os procedimentos das Vara de Família, oportunizando a dispensa da realização da audiência preliminar conciliatória, “*a fim de que os magistrados imprimam andamento regular ao processo, com possibilidade de realizar a conciliação a posteriori*”.

A Turma Recursal do Estado de Sergipe, por sua vez, editou o Enunciado 21, com a seguinte redação:

*ENUNCIADO 21. Durante a vigência do decreto oficial de emergência pública em face da pandemia mundial COVID-19, observando o Princípio da Celeridade e a Garantia da Razoável Duração do Processo, resguardados o direito à ampla defesa e ao contraditório, **poderá ser dispensada a sessão inaugural de conciliação no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, promovendo-se a citação**, para fins de contestação e prosseguimento normal do processo, cabendo, a qualquer tempo, a realização da sessão de conciliação, seja a requerimento das partes, dos advogados, da Defensoria Pública, ou designada de ofício pelo magistrado.*

Pois bem.

As medidas apresentadas buscam, mesmo ante a excepcionalidade do momento em que vivemos, imprimir celeridade aos feitos, entregando a prestação jurisdicional a contento, apesar de todos os percalços surgidos com a pandemia (fechamento dos estabelecimentos, imposição de isolamento social etc).

Ora, é reclamo da sociedade e princípio plasmado na Constituição Federal (art. 5º, LXXVIII) a **razoável duração do processo**, devendo o Estado assegurar meios que garantam a celeridade de sua tramitação. Não seria proporcional, a fim de

prestigiar o rito, preterir tal princípio constitucional. Em outras palavras, o procedimento deve servir como expressão dos princípios, e não como obstáculo para a efetivação destes.

A situação que se apresenta no Brasil e no mundo é excepcionalíssima, trazendo severas consequências em todos os matizes da vida: econômico, social, político etc. O Judiciário, assim, busca minimizar tais efeitos, impulsionando os feitos apesar de todos os obstáculos, a fim de a contento entregar a prestação jurisdicional pois *“justiça tardia nada mais é do que injustiça institucionalizada”*.

A ***manutenção do feito “suspense”*** até o retorno pleno das atividades judiciais (eis que, mesmo com a continuidade dos serviços em teletrabalho, inviável a realização de audiências e de tantos outros atos processuais), a pretexto da realização da sessão de conciliação (no rito sumariíssimo) ou audiência preliminar de conciliação (no rito comum), ***discrepa, a mais não poder, da Carta Federal e, ainda, dos princípios norteadores do moderno sistema processual***, dentre eles a Celeridade e a Garantia da Razoável Duração do Processo.

Não se está fazendo aqui *“tábula rasa”* das disposições que prestigiam a realização da audiência perante o conciliador/mediador, nova tônica da processualística brasileira. Em verdade, reconhece-se a máxima importância da realização de tal forma de solução de conflito, prestigiando o consenso entre as partes com o auxílio de profissional qualificado.

No entanto, o que se propõe no momento atual não é desprestigiar a realização da audiência de conciliação, mas postergar a realização desta assentada, caso seja necessária no feito. É medida, inclusive, de economia processual pois, a depender do desenrolar do processo, o feito poderá ser julgado sem a necessidade de realização da audiência (nos casos, por exemplo, de revelia, reconhecimento jurídico do pedido ou de ausência de impugnação específica), concedendo, já agora, o necessário impulso oficial ao feito.

Por isso, prestigiando o art. 2º da Lei 9.099/95 (e os princípios lá constantes, dentre eles o da simplicidade e da celeridade), consciente de que o processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais firmados na CF e verificando, de outra banda, que a causa não traz discussão acerca de direito indisponível, determino o prosseguimento do feito com as seguintes diligências:

1. Cite-se para resposta, no prazo de 15 (quinze) dias, tomando por aproximação o art. 355, *caput*, do CPC.

1.1 Sendo infrutífera a citação, intime-se a parte autora para se manifestar, apresentando endereço da parte ré no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

1.2 Em não havendo manifestação, tratando-se do rito comum, intime-se pessoalmente a parte autora para, em 5 (cinco) dias, informar o endereço da parte requerida sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito, conforme o art. 485, III e §1º, do CPC. Tratando-se de feito que marcha pelo rito sumariíssimo, volvam conclusos para sentença.

2. Após a apresentação da defesa, manifeste-se a parte autora, em 15 (quinze) dias, acerca da contestação, inclusive sobre eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, CPC).

3. Se houver juntada de novos documentos com a réplica, vista à parte requerida por 15 (quinze) dias (art. 437, §1º, CPC).

Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, **defiro o pedido de justiça gratuita**, nos termos do artigo 99, §2º, do Código de Processo Civil.

Aracaju/SE, 5 de maio de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **RÔMULO DANTAS BRANDÃO, Juiz(a) de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**, em 05/05/2020, às 12:19:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000843948-27**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600536

DATA:

07/05/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Expedi carta 202040601774

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600536

DATA:

07/05/2020

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202040601774 do tipo CARTA CITAÇÃO PROCEDIMENTO COMUM SEM AUDIÊNCIA
[TM4205,MD2372]

 {Destinatário(a): SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito
Fórum Gumersindo Bessa, Av. Tancredo Neves, S/N
Bairro - Capucho Cidade - Aracaju
Cep - 49080-901 Telefone - 3226-3508

Normal



202040601774

PROCESSO: 202040600536 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0018536-88.2020.8.25.0001
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: EDMILSON NASCIMENTO DOS SANTOS
REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT

CARTA DE CITAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)**, por todo o conteúdo da petição inicial, de cópia em anexo, parte integrante desta, para, querendo: 1) Integrar a relação processual, nos termos do art. 238 e seguintes do CPC; 2) Apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, conforme determinado no art. 335 e seguintes do CPC, sob pena de revelia, além de presumidas como verdadeiras as alegações de fato apresentadas pela parte autora (art. 344 do CPC);

Finalidade: Responder em 15 (quinze) dias.

Despacho: 1. Cite-se para resposta, no prazo de 15 (quinze) dias, tomando por aproximação o art. 355, caput, do CPC. 1.1 Sendo infrutífera a citação, intime-se a parte autora para se manifestar, apresentando endereço da parte ré no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. 1.2 Em não havendo manifestação, tratando-se do rito comum, intime-se pessoalmente a parte autora para, em 5 (cinco) dias, informar o endereço da parte requerida sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito, conforme o art. 485, III e §1º, do CPC. Tratando-se de feito que marcha pelo rito sumariíssimo, volvam conclusos para sentença. 2. Após a apresentação da defesa, manifeste-se a parte autora, em 15 (quinze) dias, acerca da contestação, inclusive sobre eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, CPC). 3. Se houver juntada de novos documentos com a réplica, vista à parte requerida por 15 (quinze) dias (art. 437, §1º, CPC). Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 99, §2º, do Código de Processo Civil. Aracaju/SE, 5 de maio de 2020.

Atenciosamente,

Ilmº (a) Sr(a)

Nome : SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT
Residência : RUA SENADOR DANTAS, 5º ANDAR , 74
Bairro : CENTRO
Cep : 20031205
Cidade : RIO DE JANEIRO - RJ - RJ

[TM4205, MD2372]



Documento assinado eletronicamente por **JOANA DARC BRUNO CORREIA**, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito, em 07/05/2020, às 12:20:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000860826-46**.